



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

MARIA FERNANDA ALVES DA SILVA

A MULHER TRABALHADORA NAS PÁGINAS DO *MULHERIO* (1981-1988):
REFLEXÕES SOBRE O DEBATE FEMINISTA E O TRABALHO DOMÉSTICO
REMUNERADO

MACEIÓ, AL
2024

MARIA FERNANDA ALVES DA SILVA

A MULHER TRABALHADORA NAS PÁGINAS DO *MULHERIO* (1981-1988):
REFLEXÕES SOBRE O DEBATE FEMINISTA E O TRABALHO DOMÉSTICO
REMUNERADO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes (ICHCA), da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em História.

Orientadora: Prof. Dr. Ana Paula Silva Santana

MACEIÓ, AL

2024

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária: Helena Cristina Pimentel do Vale CRB-4/661

- S586m Silva, Maria Fernanda Alves da.
 A mulher trabalhadora nas páginas do mulherio (1981-1988) : reflexões sobre o debate feminista e o trabalho doméstico remunerado / Maria Fernanda Alves da Silva. – 2025.
 62 f. : il.
- Orientadora: Ana Paula Silva Santana.
 Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Historia : Licenciatura) – Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Curso de História, Maceió, 2024.
- Bibliografia: f. 54-58.
 Anexos: f. 59-62.
1. Mulheres. 2. Trabalhadoras domésticas. 3. Feminismo. I. Título.

CDU: 64.047-055.2

Folha de Aprovação

Maria Fernanda Alves da Silva

A MULHER TRABALHADORA NAS PÁGINAS DO MULHERIO (1981-1988):
REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO E O DEBATE
FEMINISTA.

Trabalho de Conclusão de Curso
submetido à banca examinadora do curso
de História da Universidade Federal de
Alagoas e aprovada em 29 de novembro
de 2024.

(Orientador(a) - Doutora, Ana Paula Silva Santana, UFAL)

Banca examinadora:

(Examinador Interno - Doutor, Elias Veras, UFAL)

(Examinador Interno - Doutor, Anderson Almeida, UFAL)

AGRADECIMENTOS

Às duas mulheres que me criaram, minha mãe, Ana Paula, e minha avó, Dora, que fizeram todo o possível para que eu pudesse me dedicar aos meus estudos. Com elas eu pude sonhar com esse momento desde pequena. Hoje eu consigo visualizar como foram fortes e, muitas vezes, deixaram de viver suas próprias vidas para que eu vivesse a minha. Com elas aprendi muito mais do que a universidade poderia me ensinar.

Mãe, obrigada por mesmo de longe, estar preocupada com o meu bem-estar e não ficar um dia sequer sem falar comigo. Durante esses anos, a saudade bateu inúmeras vezes e, ainda bem, que tinha você para me dar força para continuar e me consolar nos momentos difíceis. Você é a mãe que sempre sonhei!

Ao meu pai, Anderson, que é muito mais dos atos de serviço do que das palavras afirmação, fez com que nunca faltasse nada para mim e para minha irmã. O amor dele está nos infinitos atos de serviço que ele proporcionou para nós duas nesses últimos anos. Obrigada mil vezes!

À Sabrina, minha companhia da vida, que foi meu suporte e minha família durante esses 4 anos. Agradeço por ter me incentivado a pensar positivamente e por ter me salvado da minha própria melancolia. Você me ensinou a confiar mais em mim e aprendo mais, todos os dias, ao seu lado.

À minha irmã, Rosiane, e ao meu cunhado, Douglas, que dividiram todos os apertos comigo. Passamos todas as angústias e saudades da família com muita cerveja e pinga de banana - que vinha diretamente do interior e eles me obrigavam a tomar. Vocês foram minha alegria e meu lar!

À Elen e ao China, meus papais de Maceió. Sempre preocupados com a minha alimentação e que me tratam como se fosse da família. Minha eterna gratidão pelo laço que criamos e por terem me acolhido na casa e no coração de vocês.

À minha madrinha, Cecília, que sempre foi minha maior inspiração na área da educação e a maior incentivadora de todas as minhas decisões.

Às minhas amigas, Letícia, Júlia, Laura, Alexia e Lucimara. As conversas despretensiosas, as praias e os passeios foram essenciais nessa jornada e nas próximas que virão.

Aos meus amigos de graduação. Helena, os meus dias sem você não seriam os mesmos. Ana Let, minha dupla no Museu Théo Brandão, que me ajudou MUITO

na construção dessa monografia. Agradeço aos amigos da minha turma Laura, Haniel, Ana Paola, Ana Clara e Elaine.

Aos professores da Universidade Federal de Alagoas. Em especial a minha orientadora, Ana Paula Santana, que escutou todas as minhas demandas e me fez evoluir como pesquisadora. Também, aos professores que aceitaram fazer parte da minha banca, Elias e Anderson, ambos sempre muito afetuosos quando nossos caminhos se cruzavam.

Às meninas que faziam parte do grupo de estudo *História Política e Social* da UFAL, que foram responsáveis pelo entusiasmo em aprender sobre o tema e o feminismo. Em especial, a professora Ana Paula Palamartchuk por ter me acolhido, me aconselhado e corrigido meus textos cerca de um milhão de vezes. Sou muito grata a todas!

Em memória à Ana Paula Palamartchuk

RESUMO

O objetivo desta pesquisa consiste em compreender as experiências, reivindicações e luta por direitos trabalhistas por parte das mulheres trabalhadoras domésticas remuneradas. Além disso, pretende-se analisar o discurso feminista da década de 1980, especialmente o jornal *Mulherio* para entender o movimento de trabalhadoras domésticas, bem como o interior das organizações, as pautas de reuniões do grupo e suas reivindicações para a Constituição de 1988. A partir do *Mulherio* será possível historicizar a experiência dessas mulheres junto ao Movimento de Mulheres Negras e o Movimento Feminista. Portanto, nosso objetivo é mapear, na imprensa feminista alternativa, as movimentações das associações de trabalhadoras domésticas e analisar os discursos sobre o trabalho doméstico remunerado na redemocratização.

Palavras-chave: Trabalhadoras domésticas; Feminismo; Mulherio.

ABSTRACT

The objective of this research is to understand the experiences, demands and struggle for labor rights on the part of paid female domestic workers. Parallel to this, we intend to analyze feminist discourse and its relationship with this class. In this way, the research will use the feminist press of the 1980s, the newspaper *Mulherio*, to understand the movement of domestic workers, as well as the interior of the organizations, the group's meeting agendas and their demands for the 1988 Constitution. From *Mulherio* it will be possible to historicize the experience of these women together with the Black Women's Movement and the Feminist Movement. Therefore, our objective is to map, in the alternative feminist press, the movements of domestic workers' associations and analyze the discourses on paid domestic work in redemocratization.

Keywords: Domestic workers; Feminism; *Mulherio*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Sexismo no Pasquim	30
Figura 2. Criação Coletivo Nzinga de Mulheres Negras	34
Figura 3. Reações dos leitores	37
Figura 4. O trabalho Feminino no Jornal Mulherio.	43
Figura 5. Charge sobre o trabalho doméstico	44
Figura 6. Candidatas a deputadas federais em 1987	48
Figura 7. Reunião de Mulheres na Zona Sul de São Paulo	50

SUMÁRIO

1. Introdução	12
2. Os movimentos feministas na ditadura civil-militar e suas relações com as trabalhadoras domésticas	16
2.1. Os feminismos	16
2.2. O trabalho feminismo doméstico remunerado: lutas e direitos.	23
3. Imprensa Alternativa	29
3.1. A Imprensa alternativa feminista	29
3.2. O Jornal Mulherio (1981-1988)	35
4. O trabalho doméstico remunerado no Jornal Mulherio.	40
4.1. Recortes de uma história - o jornal mulherio como um espaço de luta das trabalhadoras domésticas.	40
4.2. “Constituinte pra valer tem que ter direitos da mulher”: A luta por direitos do movimento de trabalhadoras domésticas.	47
5. Considerações Finais	52
6. Referências	53
7. Anexos	59

1. Introdução

A presente monografia é o fruto do plano de trabalho “O feminismo no mulherio: qual agenda?” do projeto “História Social do Feminismo no Brasil: Direitos Humanos e Direitos das Mulheres (1975-1985)”, orientado e coordenado pela professora Ana Paula Palamartchuk. Durante o período em que participei do grupo de pesquisa de História Social na Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) foi possível uma aproximação maior nos estudos sobre a história das mulheres e dos feminismos. Assim, tal pesquisa se concentra no jornal *Mulherio*, nos feminismos e no trabalho doméstico remunerado.

O trabalho feminino na historiografia brasileira do início do século XX foi pouco estudado, levando em consideração a baixa taxa de mulheres nas universidades nacionais durante o século; por isso, a pesquisa sobre o tema era incipiente. Apenas citar as mulheres na história, indicando sua existência (Getirana, 2021, p.10), não muda sua exclusão. Assim, é preciso contar uma história e levantar questionamentos, relatando os impasses das mulheres brasileiras, suas movimentações, experiências e organizações enquanto pessoas políticas.

A partir da década de 1980, é possível perceber um avanço nos estudos de gênero e, conseqüentemente, as mulheres e o trabalho feminino começaram a ser pautados nos debates historiográficos - ainda que com muitas limitações no recorte de classe e raça¹. Recentemente, houve um crescimento nos estudos que, levando em consideração a mulher trabalhadora, especificamente o trabalho doméstico remunerado, começou a ser pesquisado com mais afinco pelos historiadores; essa categoria já era estudada pelas ciências sociais, antropologia e direito, por exemplo. Deste modo, é necessário estudar tal categoria para preencher algumas lacunas historiográficas.

Em relação às pesquisas sobre o trabalho doméstico remunerado no Brasil, no campo historiográfico, é possível observar certo aumento nos primeiros anos da década de 2000, possivelmente pela intersecção do tema com a história das mulheres ou a história da escravidão (Souza, 2016, p. 278). A pioneira nos estudos

¹ Essa movimentação nos estudos sobre “trabalho doméstico” é vista por meio do jornal *Mulherio*. O periódico traz em várias edições o debate sobre o trabalho doméstico remunerado e suas implicações na sociedade de 1980. As edições do jornal que aparecem nesse texto foram consultadas no repositório da Fundação Carlos Chagas (FCC), disponível em: <https://www.fcc.org.br/repositorios/mulherio>. Acesso em: 04/12/2024

sobre a temática foi a norte-americana Sandra Graham², que publicou um estudo sobre o trabalho doméstico no Rio de Janeiro do século XIX. A partir disso, as pesquisas sobre o tema cresceram timidamente.

Levando-se em consideração o estudo realizado por Flávia Fernandes Souza, é possível compreender o aumento dos estudos do tema na historiografia brasileira. Segundo a pesquisadora, após o primeiro trabalho realizado por Sandra Graham, é possível visualizar apenas dois outros artigos publicados na década de 1980 e no início de 1990, sendo eles das historiadoras Margaret Marchiori Bakos e Maria Izilda Santos, respectivamente³. No final da década de 1990 e na primeira década do século XXI, houve um aumento exponencial na publicação de artigos, dissertações e teses sobre trabalho doméstico (Souza, 2016, p. 283).

Apesar dos avanços, ainda é perceptível um “vácuo” no que se refere aos estudos do trabalho doméstico, no campo historiográfico na segunda metade do século XX e, mais especificamente, na ditadura civil-militar. A maioria dos estudos analisados pela pesquisadora mencionada compreendem o século XIX e a primeira metade do século XX, em que os autores, em sua maioria, procuram investigar a relação entre trabalho doméstico e o sistema escravista.

A Consolidação de Leis Trabalhistas (CLT) garantiu os direitos para algumas categorias de trabalho feminino; porém, no que se refere ao trabalho doméstico remunerado, não houve nenhum direito estabelecido. Somente em 1972, surgiu a primeira lei que incluiu os trabalhadores domésticos, a Lei 5.859⁴. Neste sentido, a partir do jornal *Mulherio* pretendemos estudar o trabalho doméstico remunerado, a profissionalização da categoria e sua relação com o debate feminista:

Partindo do passado mais distante para a história recente, o século XX necessita igualmente ser mais estudado, especialmente do ponto de vista da profissionalização do setor, da organização dos trabalhadores, das lutas pela ampliação de direitos de cidadania, bem como no que se refere às legislações criadas – ou a ausência delas. Embora essas questões sejam bastante estudadas por

² Sandra Graham é atualmente professora aposentada da Universidade do Texas. Dentre algumas das obras da autora se destacam: *Caetana diz não: histórias de mulheres na sociedade escravista brasileira* e *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*.

³ Sendo o artigo de Bakos e Izilda, “Regulamentos sobre o serviço dos criados: um estudo sobre o relacionamento Estado e Sociedade no Rio Grande do Sul (1887-1889)” e “Porta adentro: criados de servir em São Paulo de 1890 a 1930”, respectivamente.

⁴ BRASIL. Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972. Dispõe sobre a profissão de empregado doméstico e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5859-11-dezembro-1972-358025-publicacaoorigina-1-pl.html>. Acesso em: 03 de outubro de 2024.

cientistas sociais, seria interessante a construção de estudos históricos acerca da duradoura peculiaridade, em termos legais e profissionais, da situação dos trabalhadores domésticos em relação aos demais trabalhadores brasileiros. (Souza, 2016, p. 295).

Sendo assim, também é interessante pensar em alguns questionamentos importantes para a historiografia a partir da imprensa alternativa⁵, sendo eles: Como o movimento de trabalhadoras domésticas era retratado na imprensa alternativa na década de 1980? Com a abertura política, quais eram os congressos e reuniões e suas reivindicações para a Constituição de 1988? Qual a relação das trabalhadoras com o Movimento de Mulheres Negras e o Movimento Feminista?

Levando em consideração essas questões, é preciso historicizar a experiência das trabalhadoras domésticas no interior das associações e dos movimentos sociais. Por meio da imprensa alternativa feminista da década 1980, é possível construir um conhecimento histórico e entender as principais reivindicações e experiências dessas mulheres trabalhadoras. Além disso, é possível compreender como o movimento de domésticas se relaciona com a História das mulheres.

Portanto, é notório o avanço do tema “trabalho doméstico remunerado” na História Social do Trabalho no Brasil, apesar das limitações mencionadas. O presente projeto dialoga com uma historiografia recente e pretende sanar certas lacunas. O estudo acerca das experiências das trabalhadoras é essencial para que a domesticidade, seja ela remunerada ou não, não seja invisibilizada. Deste modo, é preciso evidenciar a vulnerabilidade e precariedade que diversas mulheres vivenciaram cotidianamente “por serem mulheres, por serem mulheres negras, em sua maioria, e por serem trabalhadoras domésticas” (Getirana, 2021, p.11).

A partir das fontes do Jornal *Mulherio*, serão analisadas as experiências das trabalhadoras domésticas durante o período de redemocratização e suas relações com o debate feminista. O trabalho será formado por três capítulos, o primeiro, centrado na história do feminismo durante a ditadura civil-militar e o movimento de trabalhadoras domésticas. O segundo capítulo irá centrar nas questões sobre a imprensa feminista e, especificamente, sobre o jornal *Mulherio*. Já no terceiro capítulo, o trabalho com as fontes da imprensa será mais direto, já que pretende-se

⁵ A imprensa alternativa, no período ditatorial brasileiro, foi um importante espaço de debate sobre as questões não tratadas na “grande mídia” (Aguiar, 2008, p. 234). No caso do imprensa feminista alternativa, se destacam os jornais Nós Mulheres, Brasil Mulher, Mulherio e Nzinga Informativo - eles abordaram sobre os assuntos específicos da mulher e da luta feminina. Tal temática será abordada no segundo capítulo deste trabalho, destacando a imprensa alternativa no Brasil e o jornal *Mulherio*.

analisar as páginas do *Mulherio* no que se refere ao tema “trabalho doméstico remunerado” e as movimentações de mulheres na garantia dos direitos constitucionais.

No primeiro capítulo será mencionado sobre a construção de uma História Social do Feminismo no Brasil, categoria metodológica abordada por Glaucia Fraccaro (2018). Tal abordagem pode ser relevante quando tentamos analisar as experiências das trabalhadoras domésticas remuneradas ao longo da década de 1980 - considerando o feminismo como um campo político em disputa. Portanto, o objetivo deste capítulo é entender os movimentos feministas e suas relações com o movimento de trabalhadoras domésticas.

As trabalhadoras domésticas eram feministas? Tal questionamento foi importante para a construção deste capítulo dialogando, principalmente, com as pesquisadoras Iraceli Alves (2020), Glaucia Fraccaro (2018), Vivian Silva (2015), Joana Maria Pedro (2006), Sueli Carneiro (2003), Maria Amélia Teles (1999) e Lélia Gonzalez (2020). Ainda neste capítulo, debruçaremos em torno do movimento de trabalhadoras domésticas, suas associações e relações com os movimentos sociais, principalmente com os movimentos feministas.

O segundo capítulo gira em torno da imprensa alternativa das décadas de 1970 e 1980. No primeiro tópico, busco entender a imprensa feminista a partir dos jornais *Brasil Mulher* (1975-1980), *Nós mulheres* (1976-1978), *Mulherio* (1981-1989) e *Nzinga Informativo* (1985-1989) e como esses periódicos abordaram a “questão da mulher”, que era pouco difundida na grande imprensa. Já no segundo tópico do capítulo, compreende-se as especificidades do *Mulherio*, os principais assuntos, as pesquisadoras do jornal, financiamento e acessibilidade do jornal.

Por fim, o terceiro capítulo desta monografia é destinado a entender as experiências das trabalhadoras domésticas durante a década de 1980, bem como analisar suas formas de organização e reivindicação. O período de redemocratização é um marco importante para a democracia brasileira, por isso, foi investigado no *Mulherio* qual era a situação trabalhista da categoria, como as reuniões e congressos, organizadas pelas Associações de Empregadas Domésticas, repercutiam na mídia alternativa e a organização da classe doméstica na Constituinte.

2. Os movimentos feministas na ditadura civil-militar e suas relações com as trabalhadoras domésticas

2.1. Os feminismos

Neste capítulo, será abordado brevemente a história do feminismo no Brasil durante o período da ditadura civil-militar e também sobre os estudos de gênero no país, que se intensificou na década de 1980. Buscamos compreendê-lo não como um movimento que legitimou grandes nomes ou como um feminismo de um só movimento. O movimento que abordarei nesta monografia vai ao encontro dos apontamentos de Gláucia Fraccaro, que sugere: o feminismo sendo um campo político permeado de disputas e diferentes projetos de emancipação (Fraccaro, 2018).

O movimento feminista no Brasil é conhecido em certa historiografia como um movimento dividido em quatro ondas: a primeira, iniciada com o movimento sufragista no final do século XIX e início do século XX; a segunda, iniciada em meados de 1970, com o lema “O pessoal é político” (Zirbel, 2021, n.p); a terceira, que teve início na década de 1990, foi impulsionada pelo feminismo negro e pelo sexismo existente na sociedade; e a quarta, iniciada por volta de 2013 e marcada pelo ciberfeminismo, pela desinstitucionalização do feminismo dos órgãos estatais e pelo retorno às ruas (Torres, 2021, n.p). No entanto, inúmeras críticas são feitas por autoras feministas em relação a essa periodicidade, pois ela indica uma descontinuidade do movimento. “Tais divisões mostram uma perspectiva linear dividida em três ou quatro ondas que pouco ou nada dialogam” (Alves, 2020, p.17).

Assim, seguindo a mesma linha da pesquisadora mencionada, é possível observar que tal delimitação das “ondas feministas” pode negligenciar fatores importantes da história das mulheres que aconteceram entre as ondas. Portanto, nesta pesquisa, não será realizada tais delimitações. É igualmente perigoso para a construção de uma história social do feminismo a ideia de um movimento adormecido que voltará somente em 1970. Pode-se dizer que, durante esse período, houve uma ampliação dos movimentos sociais como um todo.

Sabe-se, o movimento feminista, neste período, foi diretamente ligado à esquerda brasileira (Teles, 1999) (Pedro, 2006) (Pinto, 2007), sendo a grande maioria das militantes feministas pertencentes a organizações de esquerda.

Portanto, para o melhor compreender o movimento feminista, este tópico abordará a relação do feminismo com a esquerda brasileira e, mais especificamente, sobre o II e III congresso da Mulher Paulista realizados em 1980 e 1981, respectivamente. Esses congressos não marcaram nem o início e nem o fim da relação entre o movimento e a esquerda, mas foram momentos repletos de lutas e disputas políticas. Por essa razão, é importante considerar as pautas e os acontecimentos significativos desse período.

Inicialmente, o II Congresso da Mulher Paulista foi um evento organizado por 52 entidades, como sindicatos e movimentos estudantis (Teles, 1999, p.120). Segundo a autora, o congresso teve duração de dois dias e contou com a participação de 4 mil mulheres, incluindo donas de casas, trabalhadoras domésticas e operárias. Na edição de nº 1 do jornal *Mulherio*⁶, são esclarecidas em detalhes as temáticas que se ampliam exponencialmente em comparação com o I Congresso da Mulher Paulista, realizado em 1979, no qual a participação majoritária foi de mulheres periféricas.

Ao contrário do I Congresso da Mulher Paulista, realizado em 1979, o II Congresso da Mulher Paulista, efetivado em 1980, foi marcado por conflitos durante o evento. A grande movimentação dada pelo encontro foi vista como uma oportunidade para que os partidos políticos - muitos ainda na clandestinidade - pudessem usar de palco para expressar sua insatisfação com os “rumos” do movimento feminista (Cardoso, 2004, p.40). Nesse período, a pergunta frequentemente feita pelas feministas era: “É possível dupla militância?” - o termo “dupla militância” refere-se a militar nos partidos de esquerda e no movimento feminista simultaneamente.

É possível entender que feminismo e política sempre andaram juntos; no entanto, durante a ditadura civil-militar, surgiram diversas questões acerca dessa relação. Na terceira edição de 1981 do jornal *Mulherio*, é possível entender quais eram as problemáticas enfrentadas pelas feministas:

Embora não seja possível sintetizar aqui toda a discussão, cabe mencionar que surgiram três posições distintas: 1) o feminismo é uma opção política e deve ser autônomo; 2) sendo um movimento

⁶ CUNHA, Maria Carneiro. 8 DE MARÇO: PASSADO E PRESENTE DE LUTAS. **Jornal Mulherio**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, março/abril, 1981. p. 03. Disponível em: < https://www.fcc.org.br/conteudos/especiais/mulherio/arquivo/I_0_1981menor.pdf > acesso em: 28/05/2024

político, o feminismo deve fazer alianças; 3) o feminismo faz parte da tradição da política partidária, conduzindo a possibilidade de dupla militância. (Jornal *Mulherio*, setembro/outubro, 1981. p. 05.)

Deste modo, neste pequeno excerto retirado da matéria “Feminismo e política” do jornal *Mulherio*, é abordado sobre a possibilidade de uma dupla militância na vida das mulheres que participavam das organizações de esquerda - ou seja, naquele momento, ela se perguntavam se era possível defender as questões “específicas das mulheres” em conjunto aos posicionamentos político - ou se movimento feminista deveria se desassociar da política⁷.

Os partidos políticos de esquerda, apesar de serem considerados progressistas, eram liderados majoritariamente por homens brancos. Raquel Moreno⁸, uma das principais militantes do movimento feminista de São Paulo desde 1974, traz importantes reflexões sobre o feminismo dentro dos partidos. Ela sugere que o maior problema, naquele momento, seria exatamente as dúvidas em relação à dupla militância. Segundo a militante, “[...] Esta questão está emperrando a ação para outros problemas. Está havendo uma disputa pelo espaço do movimento, movida por interesses partidários, gerando desconfiança entre as militantes” (Mulherio, 1981, p. 05).⁹

Ao longo de todos esses conflitos explicitados e, prestes a ocorrer o III Congresso da Mulher Paulista, houve uma cisão no movimento. Nesse momento, a agitação ocorreu dentro do grupo de feministas da MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), que participavam da organização do congresso. Essas militantes propagavam discursos preconceituosos e defendiam a proibição da entrada de lésbicas no evento. Tais ações discriminatórias geraram um “racha” no movimento de mulheres.

Assim, de acordo com as palavras trazidas por Maria Carneiro da Cunha na segunda edição de 1981 do *Mulherio*¹⁰, o III Congresso, que ocorreu nos dias 7 e 8

⁷ Atualmente, entende-se o feminismo como um movimento político. Porém, de acordo com as fontes do jornal *Mulherio*, naquele momento, acreditava-se que o feminismo não tinha associação com o “político” ou com a esquerda brasileira.

⁸ Segundo o jornal *Mulherio*, Raquel era uma importante militante do movimento feminista de São Paulo que participou ativamente na luta pelas creches nas universidades, ainda quando era graduanda de psicologia na Universidade de São Paulo (USP) (Mulherio, 1981, p. 05).

⁹ Que avaliação você faz da trajetória do movimento feminista no Brasil? Entrevista concedida a HELENA SALEM *Jornal Mulherio*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, setembro/outubro, 1981. p. 05. Disponível em: < https://www.fcc.org.br/conteudos/especiais/mulherio/arquivo/I_0_1981menor.pdf > acesso em: 29 mai. 2024.

¹⁰ CUNHA, Maria Carneiro. MAMMA MIA. *Jornal Mulherio*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, maio/junho, 1981. p. 06. Disponível em: <

de março de 1981, dividiu-se em dois espaços: o primeiro foi realizado no Teatro da Universidade Católica de São Paulo (TUCA) e contava com a participação de 300 delegadas, enquanto o segundo foi realizado no Estádio do Pacaembu, com setores que não aceitavam a autonomia do movimento de mulheres. Assim, Maria Amélia Teles e Elisabeth Cardoso indicam que o principal motivo para esse “racha” foi a intervenção dos partidos políticos de esquerda, que não entendiam a dinâmica e não aderiram às lutas feministas (Teles, 1999, p. 125).

Levando em consideração as informações abordadas anteriormente, pode-se dizer que o movimento de mulheres, no período histórico em estudo, não tinha uma boa relação com a esquerda brasileira, a qual era majoritariamente liderada por homens brancos. Assim, é possível refletir sobre as inúmeras “tentativas de apropriação e condução das bandeiras dos movimentos de mulheres” (Duarte, 2023, p.40).

A doutora em história, Ana Rita Fonteles Duarte, traz estudos importantes para entender a ditadura e os movimentos feministas no Brasil durante as décadas de 1970 e 1980. A autora descreve que, segundo documentos do Centro de Inteligência do Exército (CIE), os órgãos de vigilância da ditadura civil-militar infiltravam-se em encontros e congressos feministas¹¹. A partir disso documentavam e relatavam a organização como um “braço da esquerda”, sendo uma fachada para combater o regime (Duarte, 2023, p.92).

Ainda levando em consideração as pesquisas da historiadora, é possível analisar o monitoramento de organizações de mulheres em outros estados, como no Ceará, Piauí e Maranhão. Os congressos da mulher cearense, ocorridos em 1982, 1983 e 1984, foram importantes meios de luta feminista na região Nordeste. Neste evento, diferentemente dos ocorridos no Sudeste, observou-se um equilíbrio em relação às temáticas “gerais” e “específicas” das mulheres (Duarte, 2023, p.109).

Os estudos que abordam a relação entre esquerda e o movimento feminista demonstram a dificuldade de tratar de temas que envolvem a emancipação feminina frente à sociedade em geral. Como já mencionado, é possível compreender a luta de poderes, conflitos e disputas dentro do campo das esquerdas e também nos próprios movimentos feministas. Pode-se mencionar que, ao longo da história dos

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=459488&pesq=&pagfis=10> > acesso em: 06/06/2024

¹¹ Eventos como a “Semana de Debates Mulher — Encontro 1º” e, principalmente, o 3º Congresso da Mulher Paulista, em que as vigilâncias foram mais intensas e organizadas.

movimentos feministas, encontravam-se diversas tensões, contradições e exclusões.¹²

Por isso, neste momento, será explicitado as características do movimento feminista no Brasil durante as décadas de 1970 e 1980. Tal período é denominado por alguns estudiosos como um “feminismo acadêmico” (Freitas, 2017, p.93), marcado pela forte influência do feminismo europeu e hegemônico. A partir disso, surgem algumas indagações: Esse feminismo era feito exclusivamente por mulheres brancas, acadêmicas e de elite? Esse feminismo incluía as mulheres negras? Esse feminismo conseguia englobar as “mulheres brasileiras”?

Durante as décadas que antecederam o golpe de 1964, é possível observar certa movimentação no que se refere a coletivos femininos por todo Brasil (Alves, 2020) (Fraccaro, 2018). Tais movimentos tinham forte influência comunista e já abordavam temas como a mulher trabalhadora, as questões das creches e outros assuntos do cotidiano da época (Silva, 2020, p. 129). Nos anos de 1960 e 1970, com a emergência do regime militar e, mais especificamente, com a instauração do Ato Institucional nº 5 (AI-5)¹³, a grande maioria dos movimentos sociais foi para a ilegalidade, por serem associados à esquerda.

Segundo Joana Maria Pedro, nas ditaduras militares instauradas no Cone Sul, que tiveram apoio estadunidense e um forte sentimento anticomunista, era possível notar atitudes antifeministas (Pedro, 2010, p. 115). A historiadora cita o exemplo do regime ditatorial no Chile, onde as mulheres foram proibidas de usar calças compridas. Além disso, frequentemente se entrava no discurso sobre a “moral” das mulheres por usarem pílulas anticoncepcionais.

¹² Pode-se mencionar que apesar do feminismo ser considerado um movimento progressista, a hierarquia e as disputas de poder foram evidenciadas no movimento ao longo da história. Segundo Fraccaro, as bases mais conhecidas do feminismo foram, quase que exclusivamente, celebradas por mulheres das elites letradas e de alta classe social, como o Movimento Feminino pelo Progresso Feminino (MFPPF). Entender o movimento feminista como um espaço de relações de poder é essencial para refletir sobre as exclusões de mulheres negras, pobres e lésbicas ao longo do século XX.

¹³ Instaurado em 1968, o Ato Institucional nº 5 foi decretado pelo presidente Artur da Costa e Silva. Assim, pela grande repressão, esse período ficou conhecido como os “anos de chumbo”. Destaca-se alguns artigos de tal ato: Art. 5º - A suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato, importa, simultaneamente, em: I - cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função; II - suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais; III - proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política; IV - aplicação, quando necessária, das seguintes medidas de segurança: a) liberdade vigiada; b) proibição de freqüentar determinados lugares; c) domicílio determinado; Art. 10 - Fica suspensa a garantia de habeas corpus, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular. (BRASIL. **Ato Institucional nº 5**, de 13 de dezembro de 1968). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em: 04 mai 2024.

Em 1975, aconteceu a Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher, no México. Esse evento é considerado o marco do início da década da mulher na Organização das Nações Unidas (ONU) e tinha como objetivo o debate acerca das “questões da mulher”. No Brasil, este evento e o retorno de diversas exiladas políticas ao país, a partir de 1979, foram importantes para que relações feministas criadas pré-ditadura civil-militar se estabelecessem com mais afinco, por meio da imprensa feminista e de coletivo de mulheres (Freitas, 2017, p. 52).

É somente no final da década de 1970, nesse processo de abertura política, que discussão sobre saúde da mulher, prazer feminino, direito ao corpo, sexualidade e aborto tomam o protagonismo (Silva, p. 146). O jornal *Mulherio*, por exemplo, se centrou na discussão desses temas com mais assiduidade do que os jornais da imprensa feminista da década de 1970. De acordo com as pesquisas de Freitas, a menção a assuntos relacionados aos direitos sexuais e reprodutivos da mulher aumentou nos jornais da imprensa feminista ao se comparar os periódicos da década de 1970 com os da década de 1980¹⁴ (Freitas, 2017, p.83).

Apesar de o movimento feminista brasileiro ser referência na conquista de direitos femininos, urge analisar as exclusões e silenciamentos que esse movimento propagou, principalmente durante a década de 1970. De acordo com Lucy Delap, em *Feminismos: uma história global*, é imprescindível entender as especificidades do feminismo em cada contexto (Delap, 2020, p.16) e, evidentemente, para entender o movimento de mulheres, é necessário entender os diversos grupos que o feminismo deveria englobar.

As vozes de mulheres negras, durante o período, nem sempre foram ouvidas. Freitas menciona que, durante a década de 1970, quando se criava uma nova agenda de reivindicações para o movimento feminista, as mulheres negras nem sequer foram mencionadas (Freitas, 2017, p.58). Como relata Sueli Carneiro, o feminismo se tornou prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante, não atendendo às necessidades específicas das mulheres que enfrentavam, além do sexismo, outros tipos de opressões (Carneiro, 2003, p.118).

¹⁴ A pesquisadora, Viviane Freitas, realiza uma análise por meio de um gráfico em que no Jornal Nós Mulheres (1976-1978) o tema “direitos sexuais e reprodutivos” aparece em cerca de 5% dos exemplares. Já nos jornais *Mulherio* (1981-1988) e *Fêmea* (1992-2014), os assuntos com a mesma temática aparecem cerca de 10% e 13%, respectivamente.

No século XXI, muitas militantes em todo o mundo sentiram a necessidade de apresentar seu feminismo com outras bandeiras, resultando em rótulos como 'feminismo interseccional' ou 'feminismo transinclusivo'. Apesar de suas muitas variedades, um dos sonhos feministas mais comuns é formar um movimento capaz de abranger todas as mulheres: "Uma ajudando a outra, todas com o mesmo objetivo", como declarava a faixa da comitiva chinesa na conferência de 1913 da Aliança pelo Sufrágio das Mulheres. Essa fantasia leva consigo o paradoxo de uma agenda política abstrata que, pelo seu próprio desejo de inclusão, ignora exclusões concretas. Falar de "feminismo negro" ou "feminismo chicano", das norte-americanas de origem latino-americana, é uma tentativa de resolver esse problema [...]. (Delap, 2020, p.18)

Na década de 1980, é possível observar o desenvolvimento de grupos organizados por mulheres negras que surgem, neste momento, no interior do Movimento Negro. Como menciona Lélia Gonzalez, é no movimento negro que as mulheres conseguem realizar as principais reivindicações no que se refere ao racismo e à exploração de classe. Ainda segundo ela, o movimento feminista “se esquece” da questão racial e também menciona que esse feminismo ocidentalizado não compreende a forte relação entre racismo e do sexismo na sociedade brasileira. (Gonzalez, 2020, p. 96)

Dessa forma, considerando o alto nível de desigualdade entre as próprias mulheres, emergiram outros movimentos que lidavam com problemas específicos. O movimento de mulheres negras, as associações de bairro, clubes de mães, associações de trabalhadoras domésticas e o Movimento Feminino pela Anistia são exemplos dessas organizações de mulheres. No entanto, havia ainda alguns questionamentos: 1. Existia diferença entre o movimento feminista dos “movimentos de mulheres”? 2. Existia alguma relação entre eles?

Considerando os questionamentos acima, é possível encontrar elementos em comum nessas organizações e movimentos. Em conformidade com o que sugerem as pesquisadoras, Vivian Silva e Iracélli Alves, apesar de muitas dessas organizações não se auto denominarem feministas, é possível compreendê-las sob essa perspectiva (Silva, 2015, p. 134; Alves, 2022, p. 5). O feminismo, segundo Bell Hooks, é “um movimento para acabar com o sexismo, exploração sexista e opressão” (Hooks, 2019, p.13). Assim, de acordo com os diversos pontos de encontro entre tais organizações de mulheres e o feminismo, é possível entender que tais movimentos são feministas.

Nos escritos de Sueli Carneiro, é preciso “enegrecer” o feminismo (Carneiro, 2003, p.118). O Movimento de Mulheres Negras foi responsável por essa intersecção entre a questão racial e a questão de gênero, que estão intrinsecamente ligadas. Pode-se dizer, então, que o Feminismo Negro no Brasil foi construído e teve suas bases a partir do MMN (Silva, 2016, p. 165).

Durante a “redemocratização”, o feminismo se encontrou com a institucionalização do movimento. Com esse processo de abertura, o governo federal, em 1985, criou o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Segundo Teles, “Dessa forma, elas conseguem acompanhar o trabalho dos constituintes e debater, polemizando em torno dos seus direitos, as novas leis que estão sendo elaboradas” (Teles, 1993, p. 143). Assim, após longos anos de chumbo, o movimento feminista pôde, finalmente, respirar novamente. Apesar dos longos embates na constituinte¹⁵, as mulheres recuperaram a possibilidade de serem ouvidas e de realizar suas reivindicações na esfera pública.

2.2. O trabalho feminismo doméstico remunerado: lutas e direitos.

Neste tópico, será analisada a luta feminina referente à emancipação das mulheres no mercado de trabalho. Os salários baixos e desiguais, a demissão por gravidez, a dupla jornada, a licença maternidade e a falta de creches são apenas alguns exemplos da precarização do trabalho das mulheres. Nesse período, as trabalhadoras estavam expostas a péssimas condições de trabalho e, no caso das trabalhadoras domésticas remuneradas, não tinham sequer seus direitos especificados na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Um estudo recente traz importantes questões sobre um evento coordenado por organizações femininas e feministas que tratou assiduamente do tema da discriminação da mão de obra feminina: O Tribunal Bertha Lutz (TBL) (Palarmatchuk, 2023, p.130). Segundo os estudos da pesquisadora, que também utilizou o jornal *Mulherio como fonte*, o TBL foi organizado em sete comissões, algumas delas focadas no trabalho doméstico e na legislação e CLT, por exemplo.

¹⁵ Segundo Teles, durante o Encontro Nacional da Mulher pela Constituinte, realizado em 1986, as mulheres tiveram um confronto de reivindicações com deputados católicos e evangélicos. Os religiosos planejavam incorporar na constituição “o direito à vida desde a concepção”, até mesmo em casos de estupro. Após muita pressão dos movimentos feministas, tal proposta foi desconsiderada.

Através deste evento, foi possível que as trabalhadoras realizassem denúncias e depoimentos sobre o mercado de trabalho em que estavam inseridas.

O Tribunal Bertha Lutz é apenas um exemplo da luta feminista em conjunto com a luta trabalhista. As páginas do jornal *Mulherio* foram um meio de divulgação do evento e também um espaço de debate acerca da discriminação da mão de obra feminina. Além disso, como já mencionado, as mulheres no mercado de trabalho eram um tema recorrente nas reportagens do jornal. Segundo a pesquisa realizada pela doutora em Ciências Sociais, Viviane Freitas, os temas “Discriminação de mulheres” e “Trabalho” estão entre os dez assuntos mais citados no *Mulherio* (Freitas, 2017, p.83).

Levando em consideração tais informações, surge a necessidade de entender o movimento feminista e sua relação com o tema “trabalho”. Assim, para compreender as mulheres no mercado de trabalho, é indispensável entender a estrutura da sociedade brasileira ao longo dos anos, que se formou de maneira racista, patriarcal e hierarquizada:

A ‘herança escravocrata’ sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, grosso modo, não muda muito. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos, em menor grau na indústria de transformação, nas áreas urbanas, e que permaneça como trabalhadora nas áreas rurais (Nascimento, 2021, p. 58).

Deste modo, a mulher trabalhadora negra não “entrou” no mercado de trabalho; ela sempre esteve inserida nele. A discriminação e o racismo, praticados pelos brancos, foram responsáveis pela “criação” de uma sociedade em que as mulheres negras ocupam os níveis mais baixos de hierarquia. Lélia Gonzalez, ainda na década de 1980, traz reflexões sobre como o sexismo existente na sociedade impacta na vida, principalmente, de mulheres negras (Gonzalez, 1983, p.224).

Por esta razão, quando se trata de trabalho doméstico remunerado, é necessário realizar o recorte de gênero, raça e classe. Pode-se dizer que a “divisão” gênero, com mais de 90% dos cargos domésticos ocupados por mulheres¹⁶, e a

¹⁶ Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílio (Pnad), de dezembro de 2023, das 5.539 milhões de pessoas que exercem função de trabalhadores domésticos (sendo motoristas, domésticas, jardineiro, etc), 91,1% são mulheres e 8,9% são homens. Segundo esse mesmo dado, é visto que a maioria dessas trabalhadoras são negras. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Marco/emprego-domestico-no-brasil-e-formado-por-mulheres>. Acesso em: 24/10/2024.

condição de raça, já que o trabalho é majoritariamente realizado por mulheres negras, relaciona-se diretamente com a condição imposta às mulheres brasileiras, que foram relegadas aos ambientes privados e a determinadas categorias de trabalhos.

A relação entre o movimento feminista e as associações de trabalhadoras domésticas, durante o período mencionado, foi marcado por conflitos e “desconfianças. Muitas vezes, em encontros e congressos, as trabalhadoras domésticas relataram não se sentir representadas e pertencentes ao movimento feminista (Monticelli , 2021, p. 276). Essas falas de insatisfação podem ter sido motivadas por questões de raça e classe, já que a grande maioria das feministas, nesse momento, eram mulheres brancas e intelectualizadas, como mencionamos anteriormente. Assim, pode-se observar que o movimento feminista não conseguia se unir aos movimentos populares.

O movimento de trabalhadoras domésticas começou muito antes de 1972, ano em que foi promulgada a primeira lei de regulamentação da profissão. Segundo Bernardino-Costa, a organização teve início no ano de 1936 com a fundação da Associação de Trabalhadoras Domésticas de Santos (Bernardino-Costa, 2015, p.60). Laudelina de Campos Melo¹⁷ fundou a associação com o principal objetivo a garantir direitos para a classe de trabalhadoras domésticas e promover um diálogo maior com o Estado.

Apesar dos grandes esforços e da resistência por parte do movimento das trabalhadoras domésticas, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), promulgada em 1943, não inclui os trabalhadores da categoria na regulamentação. Essa conjuntura revela a dificuldade em obter direitos básicos, como férias remuneradas, limitação da jornada de trabalho, salário mínimo e descanso semanal remunerado, por exemplo. Pode-se afirmar que a exclusão do trabalho doméstico nas leis se deu pela associação, por parte da sociedade, à ideia do trabalho escravo racializado (Bernardino-costa, 2015, p.61)

Outro ponto a mencionar é a complexidade enfrentada pelas trabalhadoras domésticas ao tentarem se associar ao movimento trabalhista, já que a maioria das profissões, após 1943, passam a ser regulamentadas pela CLT. Assim, as

¹⁷ Pioneira na luta por direitos dos trabalhadores domésticos no Brasil. Laudelina foi trabalhadora doméstica até a década de 1950 e sua atuação política começou por volta de 1930, quando se filiou ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e militou pela Frente Negra Brasileira (FNB).

trabalhadoras domésticas começaram a lutar por meio de organizações específicas como as Associações de Trabalhadoras Domésticas, que se espalharam por todo território brasileiro, além de se envolverem em organizações do movimento negro e da Igreja Católica.

Em *Minha História das Mulheres*, de Michelle Perrot, é debatido sobre a domesticação do trabalho feminino como uma categoria não remunerável (Perrot, 2007, p. 109). Ao longo dos anos, foi criada a narrativa que naturaliza o trabalho doméstico, tornando-o invisível. O trabalho doméstico remunerado não é diferente; por ser realizado em ambiente privado, muitas vezes não é considerado uma categoria digna de direitos trabalhistas. Isso torna a luta por direitos mais desafiadora. Por tais motivos, a Juventude Operária Católica (JOC), por exemplo, foi primordial na compreensão das trabalhadoras como cidadãs e pessoas de direito (Getirana, 2021, p.47).

A atuação das trabalhadoras no interior da Igreja Católica e do movimento negro, principalmente na década de 1960, foi muito importante para que a lei 5.858/72 fosse implementada. Em uma entrevista¹⁸ realizada com Nair Jane de Castro Lima, ex-presidente da Associação de Trabalhadoras Domésticas do Rio de Janeiro, é possível entender um pouco sobre o contexto histórico e político dessa regulamentação.

Na entrevista, Nair Jane menciona suas experiências como trabalhadora doméstica e o processo de formalização da lei de 1972. Primeiramente, iremos explorar a vida particular da entrevista, que se assemelha à vida de inúmeras outras trabalhadoras. Nair Jane é natural do Maranhão e, sendo uma grande família com outros 17 irmãos, foi “doada” a um orfanato. Aos 9 anos, ela foi “entregue” a uma família no Rio de Janeiro, com a condição de ser matriculada em uma escola. A partir de então, Nair Jane começou a trabalhar como cuidadora dos filhos dessa família, dedicando-se por 11 anos em troca de um teto, comida e roupas.

Nesse aspecto, a vida de Nair Jane reflete o cotidiano de muitas trabalhadoras domésticas. “Tratadas como criadas, vivenciaram muitos atos de exclusão e segregação no ambiente de trabalho” (Teixeira; Saraiva; Carrieri, 2015, p.

¹⁸ A entrevista foi concedida para os entrevistadores Paulo Fontes, Louisa Acciari e Tatiane de Oliveira Pinto no dia 24 de agosto de 2017 no Centro de Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas.

172). Assim, essa conjuntura revela a continuidade dos moldes da escravidão, onde os patrões forneciam alimentação, vestuário e moradia em “troca” da força de trabalho (Bernardino-costa, 2007, p.02). Além disso, o reflexo de uma sociedade racista é evidente na breve história de Nair Jane.

Assim, colocamo-nos frente aos seguintes questionamentos: Por que Nair não foi adotada pela família? Quais foram os motivos que levaram a entrevistada a ser retirada do orfanato para trabalhar aos 9 anos? Como já mencionado, a exploração do trabalho doméstico feminino foi essencial para a manutenção do capitalismo, garantindo a ociosidade das elites. Conforme menciona Pereira, os desafios enfrentados pela mulher negra são fruto da herança escravista que “determina que o lugar da mulher negra seja a cozinha e o cuidado do lar” (Pereira, 2011, p. 5).

Após alguns anos, Nair começou a trabalhar em outra casa, no Leblon, onde seus patrões assinaram sua carteira de trabalho, após a Lei 5.858/72. Foi nesse período que a entrevistada começou a frequentar as reuniões da Associação de Trabalhadoras Domésticas, juntamente com Maria da Hora¹⁹, Odete Conceição²⁰ e Odete Azevedo Soares²¹. Ainda no contexto da conquista da regulamentação da classe das domésticas, Nair Jane menciona:

A Odete falou que tinha feito uma carta pro presidente Médici, pra ver se [ele] dava alguma coisa pras domésticas. As domésticas não tinham horário, não tinham carteira de trabalho, era só trabalhar e não tinham nada. Em dezembro de 1972, veio a resposta. Ele não respondeu o que ela perguntou, mas deu a Lei n.º 5.859, a primeira das domésticas. Essa lei dava direito a carteira assinada, férias de 20 dias, direito de pagar a Previdência Social, e estava bom, todos ficaram felizes na época. Passou a vigorar a partir de 1973. (Fontes et al, 2019, p. 177).

Assim, a partir disso, as condições de trabalho melhoraram; porém, havia muita luta pela frente. Mesmo com a lei, os direitos trabalhistas ainda vinham a

¹⁹ De acordo com a entrevista realizada com Nair Jane, Maria da Hora foi uma trabalhadora doméstica que, durante a década de 1970, auxiliava as demais domésticas da associação (Fontes et al, 2019, p. 177).

²⁰ Odete Conceição foi fundadora da Associação de trabalhadoras domésticas do Rio de Janeiro. Foi uma importante liderança no movimento de empregadas domésticas (Getirana, 2021, p. 19).

²¹ Odete Azevedo Soares foi assistente social na Associação de trabalhadoras domésticas do Rio de Janeiro. Ela participou da fundação da Associação juntamente com Odete da Conceição (Getirana, 2021, p. 111).

conta-gotas, já que o FGTS ainda era facultativo, por exemplo (Fontes et al, 2019, p. 178). Após a promulgação da Lei, foi realizado, em 1974, no Rio de Janeiro, o 2º Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas. Nesse evento, os participantes concluíram que era necessário lutar, juntamente com as associações, para que a lei se estendesse a todas as trabalhadoras e, discutiram a luta por novos direitos. (Bernardino-costa, 2015, p.168).

Apesar da grande repressão existente no período, a Lei foi sancionada durante o governo Médici (1969-1974). As associações de trabalhadoras domésticas se espalharam por todo o Brasil, e as reuniões, segundo Nair Jane, não sofriam fiscalização (Fontes et al, 2019, p. 178). No entanto, é possível perceber alguns atos de caráter repressivo por parte do governo. Getirana menciona que o Movimento de Trabalhadoras Doméstica foi, na década de 1960, fortemente associada ao comunismo²² (Getirana, 2021. p.160)

Durante a década de 1970, as trabalhadoras perceberam que a Lei 5.858/72 não contemplava todas as mulheres, seja por falta de informação ou por desinteresse por parte dos empregadores. No início da década de 1980, ocorre o 4º Congresso Nacional de Trabalhadoras Domésticas, onde é possível observar mudanças nos tópicos discutidos, incluindo a integração ao movimento de mulheres, a questão da menor de idade trabalhadora doméstica e formas de pressão ao governo para a obtenção de direitos (Bernardino-costa, 2015, p.173).

O último encontro que reuniu as trabalhadoras antes da Constituição de 1988, o 5º Congresso Nacional da categoria, é considerado fundamental para a discussão e possibilidade real da ampliação de direitos. O evento foi realizado em 1985, durante o período de “redemocratização”, em Olinda, Pernambuco (PE). As mulheres enfatizaram a importância de se identificarem como membros da classe trabalhadora e citaram a necessidade de ampliação das associações (Bernardino-costa, 2015, p.175). Nesse evento, houve uma aproximação com o movimento sindical e com os movimentos feministas.

Portanto, é possível afirmar que a busca por direitos das trabalhadoras domésticas é ampla, sendo possível ver a atuação delas em diversos outros movimentos sociais e no interior da igreja católica. Ao longo dos anos de 1970 e 1980, o movimento das domésticas ganhou mais força através da Associação de

²² Laudelina de Campos Melo, fundadora do sindicato das domésticas de Campinas, foi chamada para depor, em 1964, por alegação de ser comunista (Getirana, 2021. p.160).

Empregadas Domésticas, dos encontros e congressos, regionais e nacionais, que tais mulheres realizavam. Ainda neste período, a falta de direitos da classe era evidente, por isso, nos próximos capítulos analisaremos a imprensa alternativa com o intuito de entender a mobilização dessas mulheres em prol dos seus direitos trabalhistas.

3. Imprensa alternativa

3.1. A Imprensa alternativa feminista

O *Mulherio* é um importante jornal da década de 1980. O periódico tinha como objetivo inicial publicar e divulgar pesquisas acadêmicas; porém, com o passar das edições, transformou-se em um jornal de grande circulação nacional. Ele faz parte da imprensa feminista, também conhecida como “imprensa nanica”, e foi um dos jornais mais duradouros da categoria. Embora a imprensa alternativa não tenha surgido durante a ditadura civil-militar, cresceu exponencialmente neste período (Aguiar, 2008, p. 234). Segundo o pesquisador Flávio Aguiar, a maioria dos jornais de grande circulação apoiava o golpe de 1964. Assim, com a censura instaurada nas redações, jornalistas e editores não podiam expor suas opiniões e relatos do cotidiano sócio-político nos grandes jornais. Muitos recorreram à imprensa alternativa, que utilizava meios de fácil circulação, como offset, xerox e do fax (Aguiar, 2008, p. 237).

O *Pasquim*, por exemplo, foi um dos jornais que ganhou mais popularidade durante o regime e se tornou um importante meio de resistência ao governo ditatorial. O tablóide circulou entre anos de 1969 e 1991, chegou a ter mais de 200 mil tiragens e usava humor e sátira para criticar a ditadura. Outros jornais importantes da imprensa alternativa foram *Opinião* (1971-1977), *Movimento* (1975-1981) e o *Em Tempo* (1977-2007) (Mendes, 2011, p.30). Salientamos que, apesar da grande popularidade desses jornais, as mulheres aparecem, mas de forma pejorativa e objetificada. (Freitas, 2017, p.72). Um deles, *O Pasquim*, chegou a assumir caráter misógino, inviabilizando a luta das mulheres.

A capa da edição 589 de *O Pasquim*, demonstra a ridicularização da mulher por meio de sátiras. As frases contidas no canto inferior direito da capa (figura 1) exemplificam a maneira machista com que o tablóide menciona as mulheres

feministas. Ao longo desta mesma edição, é possível visualizar diversas outras situações de preconceito e misoginia presente no jornal. Ao realizar um filtro com a palavra “feminista” em todo o jornal, foram encontradas 289 menções ao termo.

Figura 1. Sexismo no Pasquim



Fonte: O Pasquim, edição 589, 1981, capa.

Na edição nº88 do ano de 1971 do jornal *O Pasquim*, é possível visualizar uma entrevista com a poetisa brasileira e ex-deputada Adalgisa Nery, realizada pelos entrevistadores Paulo Francis e Fausto Woff, em que ela aborda a “onda feminista”. Inicialmente, a entrevistada afirma “Acho horroroso feminista” (*O Pasquim*, edição nº 88, 1971, p.14 e 15). Contudo, após essa declaração, Adalgisa menciona diversos pontos que considera relevantes, como a emancipação da mulher, a desvalorização das mulheres no mercado de trabalho e a sexualidade feminina, entre outros. Essa fala revela certa contradição nos discursos, ora contra as feministas, ora a favor das pautas feministas. É importante ressaltar a falta de conhecimento acerca do feminismo e a depreciação do termo ao longo da história.

Assim, considerando a misoginia presente até mesmo em jornais da mídia alternativa, surgiu a necessidade, por parte das mulheres, de criar um meio de luta feminina. Um espaço em que as mulheres pudessem expor suas insatisfações, opiniões, compartilhar relatos e fazer denúncias. Deste modo, com o intuito de fazer com que as mulheres pudessem falar e serem ouvidas, surgiu a imprensa feminista. Os jornais *Brasil Mulher* (1975-1980), *Nós mulheres* (1976-1978), *Mulherio* (1981-1989) e *Nzinga Informativo* (1985-1989) são apenas alguns dos periódicos que se destacaram durante o período mencionado.

A imprensa alternativa, nesse contexto, abordava temas que a grande mídia não tratava. A “questão da mulher” era pouco difundida. Nesse cenário de silenciamento, surgiu a imprensa feminista, que começou a discutir assuntos que não eram mencionados anteriormente, como o aborto e a liberdade sexual da mulher. O termo “feminista” era carregado de conotações negativas no Brasil; as mulheres que o reivindicavam eram vistas como malucas e histéricas (*Mulherio*, edição 0, 1981, capa). Por esse motivo, muitas mulheres o evitavam. Pode-se dizer que até mesmo jornais como o *Mulherio*, foco dessa pesquisa, ao se intitular como um jornal “feminino e feminista”, ainda exprimia essa nomenclatura com certa timidez.

Retomando a imprensa feminista, ela pode ser considerada uma expressão da imprensa alternativa, a qual pode ser dividida em duas gerações: a primeira, de 1974 e 1980, voltada para a questão da classe; e a segunda geração, entre 1981 e 1999, voltada para a questão do gênero (Cardoso, 2004, p.37). Com tais considerações da pesquisadora Elisabeth Cardoso, é possível situar o jornal *Mulherio* na segunda geração, que tratava de assuntos específicos da mulher, como saúde, trabalho, violência e sexualidade, entre diversas outras temáticas.

Ao discutir a ditadura-civil militar e o debate feminista, é importante citar os jornais *Brasil Mulher* (1975-1980) e *Nós Mulheres* (1976-1978). Para Freitas (2017), Cardoso (2004) e Tamião (2009), os jornais *Brasil Mulher* e *Nós mulheres* foram essenciais para a luta feminina em um espaço onde a presença das mulheres era negligenciada. O ano de 1975, considerado o Ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU), foi decisivo para a repercussão das pautas dos direitos das mulheres brasileiras. Assim, como forma de expressão na imprensa alternativa, surgiu o jornal *Brasil Mulher*.

Ainda nos anos de 1970, as mulheres, especialmente da classe trabalhadora, não se denominavam como feministas. Como observou Joana Lopes em entrevista para Elisabeth Cardoso: “Concordo que o BM era tímido com a questão de gênero e com o feminismo, mas era o processo. Nós estávamos indo numa crescente ao encontro com o feminismo, precisávamos passar por algumas etapas; quando estávamos quase lá, veio o racha interno (Cardoso, 2004, p.92). O *Brasil Mulher* se identificava apenas como um jornal feminino, não feminista, nas primeiras edições. Inicialmente, o jornal se estendia à luta pela anistia e pelo fim da ditadura civil-militar (Abreu, 2010, p.30). Antes disso, o *Brasil Mulher* era considerado o porta-voz do Movimento Feminino pela Anistia e não tinha ligações com o feminismo; somente após o “racha” com Therezinha Zerbini, também fundadora do jornal, as questões começaram a ser nomeadas como “feministas”.²³

O periódico surgiu em 1975, no Paraná, em conjunto com a jornalista Joana Lopes - entusiasta do Movimento Feminino pela Anistia - e idealizadora do MFPA, Therezinha Zerbini²⁴ (Duarte, 2019, p. 05). Segundo a ex-conselheira do *Brasil Mulher*, Amelinha Teles, os temas abordados pelo periódico eram diversos e incluíam debates sobre o custo de vida, creches, a violência doméstica e retratos de diversas mulheres brasileiras, como pescadoras, quebradoras de coco, catadoras de castanha e mulheres sem-terra.²⁵ O jornal circulava em âmbito nacional e, segundo a entrevista de Amelinha Teles, era distribuído em periferias, clubes de mães e universidades de São Paulo.

Antes de tratar especificamente do *Mulherio*, principal fonte do nosso trabalho, dedicamo-nos ao *Nós Mulheres*, e à sua importância para a história das mulheres durante a ditadura civil-militar. Assim como o jornal *Brasil Mulher*, o *Nós Mulheres* tinha associação direta com a esquerda brasileira. De acordo com Maria

²³ O “racha” indicado ocorreu devido ao desentendimento entre as fundadoras sobre o rumo do jornal Brasil Mulher. O BM foi criado, segundo Tamião (2009), com a ideia de ser um meio de informação sobre a luta pela anistia. Porém, Joana Lopes amplia os interesses do jornal englobando a questão da mulher e tendo o intuito de adentrar a imprensa feminista. Após essa divergência de opiniões Zerbini participa somente até a sétima edição do jornal.

²⁴ Thereza Zerbini era advogada, assistente social e ativista dos direitos humanos. Ela foi uma importante aliada na luta contra a ditadura civil-militar, participando de diversas organizações contra o regime. Em 1975, Zerbini funda o movimento feminino pela anistia (MFPA), o qual se espalhou por todo o Brasil. Biografia presente em: <https://memoriasdadtadura.org.br/personagens/therezinha-zerbini/>

²⁵ Entrevista de Amelinha Teles concedida para o projeto “Cartografia Direitos Humanos” realizada pela Universidade de São Paulo (USP) juntamente com a UNESCO. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yo_MxLeT1vg. Acesso em: 27 mar. 2024.

Paula Araújo, os principais jornais na imprensa feminista procuravam articular a luta socialista com a emancipação de mulheres (Araújo, 2000, p.30).

Ainda segundo a autora, “A imprensa feminista representou [...] um dos principais espaços onde se tentou formular e constituir uma concepção muito particular de política - extremamente ligada as descobertas do próprio movimento feminista” (Araújo, 2000, p.30). Esse tipo de imprensa, construída por mulheres, ressaltou a presença delas dentro dos partidos, coincidindo com a luta contra a ditadura e as questões denominadas, naquele período, como “específicas da mulher” - tal questão será esclarecida com mais afinco no próximo capítulo.

Retornando ao jornal *Nós Mulheres*, ele foi publicado pela Associação de Mulheres, se estendeu de 1976 a 1978 e, inicialmente, recebia financiamento de Ruth Escobar²⁶. Segundo a historiadora Juliana Tamião, o jornal debateu a consonância entre a luta pela emancipação feminina e a luta pela emancipação humana (Tamião, 2009, p. 55). Constituindo, assim, um importante espaço de debate feminista que deveria ser associado às reivindicações específicas sobre a emancipação humana. Além disso, entre os jornais citados, o *Nós Mulheres* foi o único a se denominar como feminista em um momento em que o termo “feminista” era visto como uma “palavra maldita” debaixo Astral²⁷. Assim, definir o jornal como feminista foi uma escolha corajosa, possivelmente, destinada a recuperar o do termo:

NÓS MULHERES queremos, junto com os homens, lutar por uma sociedade mais justa, onde todos possam comer, estudar, trabalhar em trabalhos dignos, se divertir, ter onde morar, ter o que vestir e o que calçar. E, por isso, não separamos a luta da mulher da luta de todos, homens e mulheres, pela sua emancipação. **NÓS MULHERES decidimos fazer esse jornal feminista** para que possamos ter um espaço **nosso**, para discutir **nossa** situação e **nosso**s problemas. E, também, para pensarmos **juntas** nas soluções. (Jornal NÓS MULHERES, junho de 1976, p. 2, grifos nossos).

Desde a primeira edição, em 1976, o jornal já se autodenomina um jornal feminista. Como já mencionado, isso é um ato de coragem que que desmistifica o

²⁶ Feminista, atriz e produtora teatral. Ruth Escobar era uma mulher portuguesa, que se mudou para o Brasil no ano de 1951 e, a partir disso, se estabeleceu como uma grande profissional na área teatral. Ruth era uma militante feminista e lutou pela democracia durante a ditadura civil-militar. (Corrêa, 2001, p. 03).

²⁷ VASCONCELLOS, Isabel. Feminista? Quem? Eu??? . Jornal Mulherio. Ano 8. Número 39. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, abril/maio, 1988. p. 12.

feminismo. O *Nós Mulheres* defendia uma luta coletiva pela emancipação feminina em todos os espaços da vida pública e privada.

Seguindo essa linha de luta, outro importante jornal fundado na década de 1980, durante o período denominado “redemocratização” do Brasil, foi o *Nzinga Informativo*. O feminismo negro, nesse período, possibilitou que as mulheres negras lutassem contra o sexismo e o racismo na sociedade. Como afirma Lélia Gonzalez, há um apagamento da questão racial por parte do feminismo hegemônico. Ela complementa que as mulheres negras e indígenas são as “testemunhas” de tal exclusão (Gonzalez, 2020, p.126).

Figura 2. Criação Coletivo Nzinga de Mulheres Negras



Fonte: Mulherio, Edição 14, 1983, p. 22.

Neste período de efervescência de movimentos sociais e com a associação do movimento negro e do movimento de favelas, foi fundado, em 1983, o coletivo *Nzinga* - Coletivo de Mulheres Negras. Como é possível observar na imagem 2, o *Nzinga* foi mencionado nas páginas do *Mulherio*. As principais participantes do

Nzinga eram Lélia Gonzalez²⁸, Rosália Lemos, Jurema Batista²⁹, Geralda Alcântara, entre outras mulheres (Freitas, 2015, p.106). Segundo a primeira coordenadora do coletivo, os objetivos eram:

Somos um Coletivo de Mulheres Negras: além do sexismo, lutamos contra o racismo e a discriminação racial que fazem de nós o setor mais explorado e mais oprimido da sociedade brasileira [...] Nosso objetivo é trabalhar com as mulheres negras de baixa renda (mais de 80% das trabalhadoras negras), que vivem principalmente nas favelas e nos bairros da periferia. E por quê? Porque são discriminadas pelo fato de serem mulheres, negras e pobres. (Gonzalez, 2020, p. 96)

Considerando tais objetivos, o coletivo teve grande repercussão e alcance nacional e internacionalmente (Gonzalez, 2020, p. 97). Após dois anos de sua fundação, surge o *Nzinga Informativo*, que pode ser considerado um marco na luta contra o sexismo e o racismo dentro da imprensa alternativa. Trata-se de um periódico inaugurado por mulheres racializadas e de periferia, que reafirmava a mulher negra como um ser político e também um espaço de luta feminista, contemplando as denúncias e anseio dessas mulheres, apesar de buscar comunicação com setores mais amplos da sociedade (Freitas; Rios, 2018, p.32-33).

Dessa forma, pode-se afirmar que os três periódicos mencionados foram essenciais para a história das mulheres nesse período. Por meio da imprensa alternativa feminista, foi possível que as mulheres brasileiras se expressassem e expressassem suas denúncias frente a um governo ditatorial e uma sociedade, ainda neste momento, marcada pelo sexismo e pelo racismo.

3.2. O Jornal Mulherio (1981-1988)

O jornal *Mulherio*, fundado em 1981, foi um importante meio para que as mulheres tratassem de suas próprias reivindicações. A revista era editada pelas

²⁸ Gonzalez era graduada em história, geografia e filosofia. Lélia foi uma das fundadoras do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN-RJ), do Movimento Negro Unificado (MNU) e do *Nzinga Coletivo de Mulheres Negras-RJ*. A estudiosa tinha importantes reflexões sobre o racismo e sexismo no Brasil, tendo como suas principais obras: *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira* (1983), *A mulher negra no Brasil* (1984) e *Por um Feminismo Afro-latino-Americano* (1988). (Gonzalez, 2020)

²⁹ Jurema Batista, em 1979, foi eleita presidente da Associação de Moradores do Andaraí-RJ. A partir disso, começa a ser uma militante ativa no Movimento Negro Unificado (MNU) e, em 1992, é eleita vereadora pelo Partido dos Trabalhadores (PT) no Rio de Janeiro. Em 2005, foi indicada para o Nobel da Paz. Informações disponíveis em: [https://wikifavelas.com.br/index.php/Jurema_Batista_%E2%80%93_\(PT-RJ\)_%E2%80%93_Andara%C3%AD_-_RJ](https://wikifavelas.com.br/index.php/Jurema_Batista_%E2%80%93_(PT-RJ)_%E2%80%93_Andara%C3%AD_-_RJ). Acesso em: 04 dez. 2024

pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas (FCC)³⁰ e recebia o financiamento da Fundação Ford³¹. O jornal era de circulação nacional e tinha como objetivo inicial, como apontam as editoras do jornal na edição de número 0: apenas a divulgação de pesquisas acadêmicas. “Inicialmente, imagina-se apenas um boletim de notícias que fizesse um intercâmbio entre as diversas instituições e pesquisadores voltado ao tema [...]” (Mulherio, 1981, edição 0, capa).

Por outro lado, por que “Mulherio”? Assim como o termo “feminista”, a palavra “Mulherio” também vinha carregada de conotações pejorativas, como “mulheres fazendo fofoca” ou “aglomerado de mulheres falando mal umas das outras”. Para o patriarcado, mulheres juntas nunca era boa coisa.³² Portanto, as jornalistas e as editoras buscaram ressignificar a palavra. Embora o jornal tivesse o objetivo inicial de divulgação de pesquisas, seu rumo mudou, e ele se transformou em um dos periódicos mais duradouros da imprensa feminista, de 1981 a 1988, abordando os impasses da “mulher brasileira” neste contexto.

Segundo Freitas, o *Mulherio* pode ser dividido em três períodos: o primeiro, entre março de 1981 e setembro de 1983, era liderado pela pesquisadora Fúlvia Rosenberg³³, e Adélia Borges³⁴, como editora (Freitas, 2017, p.96). Em 1984, devido a discordâncias sobre pauta editorial, o jornal se desvinculou da Fundação Carlos

³⁰ A Fundação Carlos Chagas (FCC) foi fundada em 1964 e tinha como objetivo a aplicação de concursos e o incentivo a pesquisas educacionais. Segundo as informações contidas no site da fundação, a equipe do Departamento de Pesquisas Educacionais, inaugurada em 1971, com vasta experiência em pesquisa educacional, estava distribuída em 5 linhas de investigação: Avaliação Educacional; Educação e Infância: Políticas e Práticas; Gênero, Raça/Etnia: Educação, Trabalho e Direitos Humanos; Políticas e Práticas da Educação Básica e Formação de Professores; e Representações Sociais, Subjetividade e Educação.

³¹ A Fundação Ford (FF), durante o período em estudo, foi uma instituição estadunidense privada que tinha o caráter filantrópico. Estudos mostram que fundações como a Fundação Rockefeller, Fundação Carnegie e a Fundação Ford tinham como objetivo exercer o fortalecimento da hegemonia dos Estados Unidos. A FF financiou diversos grupos e projetos feministas nesse período. (Miranda; Cordão, 2021, p. 4)

³² Por que Mulherio? **Jornal Mulherio**. São Paulo, março/abril, 1981. p. 01. Disponível em: < https://www.fcc.org.br/conteudos/especiais/mulherio/arquivo/l_0_1981menor.pdf > Acesso em: 15 mar. 2023.

³³ Fúlvia Rosenberg era graduada em psicologia, ativista do movimento feminista e pesquisadora na área de gênero e, também, sobre ações afirmativas em educação infantil. Segundo as edições do jornal *Mulherio*, a psicóloga foi uma das pioneiras em tratar sobre a importância das creches no contexto brasileiro. Informações disponíveis em: <https://pensaraeducacao.com.br/fulvia-rosemborg-uma-historia-de-dedicacao-em-prol-da-infancia-dos-negros-e-das-mulheres-2/>. Acesso em: 04 dez. 2024

³⁴ Adélia Borges é uma jornalista, historiadora e pesquisadora. Borges foi repórter do jornal Estado de São Paulo e foi editora contribuinte do jornal de esquerda *Movimento*. A estudiosa tinha diversos projetos feministas, os quais sofriam com a censura do regime militar. Na década de 1980, a jornalista se tornou editora do jornal *Mulherio*. Informações disponíveis em: <https://www.youtube.com/watch?v=a9z4oUaeU84&t=32s>. Acesso em: 04 dez. 2024

Chagas³⁵ e, assim, iniciou-se a segunda fase, sob a responsabilidade editorial de Inês Castilho³⁶. A terceira e última fase começou em junho/julho de 1988 e terminou no mesmo ano, com nome e estrutura distinta das duas primeiras fases. Nesta última fase, o jornal mudou de nome para “Nexo: Nexo – Feminismo, Informação e Cultura” e passou a ser coordenado pelo poeta Duda Machado e pelo artista plástico Guto Lacaz.

Um diferencial do jornal Mulherio em relação aos demais jornais da imprensa feminista era a possibilidade de interação com os leitores. O público podia estabelecer contato com as pesquisadoras do jornal por meio de cartas enviadas para a sede editorial. Tais comentários, indicações, críticas e elogios eram publicadas no início de cada edição, contendo o nome da pessoa ou organização pertencente e local de origem do leitor. Na imagem 3, é possível observar a reação do “Grupo de Mulheres da Região de Conceição do Araguaia”, no Pará, que se alegra com o lançamento do periódico.

Figura 3. Reações dos leitores



Fonte: (Mulherio, edição 01, 1981, p. 2)

³⁵ MULHERIO: UMA HISTÓRIA. Fundação Carlos Chagas. Disponível em: <<https://www.fcc.org.br/fcc/mulherio-home/>> Acesso em: 11 de março de 2023.

³⁶ Inês Castilho foi uma mulher importante da luta feminista. A jornalista e pesquisadora foi co-fundadora do jornal *Nós Mulheres* e editora do jornal *Mulherio*.

Levando em consideração a ação das pesquisadoras e editoras do *Mulherio*, é possível levantar algumas questões: tais discursos realmente propagavam a realidade das mulheres brasileiras? Eles chegavam a mulheres fora da academia? Nessa ótica, foi realizada a análise dos textos, reportagens e artigos das pesquisadoras que colaboravam mais frequentemente com o jornal *Mulherio*, sendo elas Beth Lobo, Fúlvia Rosemberg, Heleieth Saffioti, Inês Castilho, Mariza Corrêa e Ruth Cardoso. Além disso, foi feito um levantamento dos assuntos abordados por essas mulheres entre os anos de 1981 e 1984, das edições 0 a 19.

Há uma diversidade de assuntos no jornal *Mulherio*. A tabela (anexo 1) apresenta os temas discutidos pelas principais pesquisadoras durante os quatro primeiros anos do jornal *Mulherio*. Dessa forma, foi possível observar um agrupamento nas pesquisas trazidas nas matérias, reportagens, entrevistas e colunas, além de entender os conflitos e as disputas do período estudado.

Acerca de tais conjuntos de assuntos, podemos citar alguns exemplos: a psicóloga e professora Fúlvia Rosemberg, que abordava com frequência a falta de acesso às creches e questões relacionadas à educação. Já Elisabeth Souza Lobo, professora, socióloga e militante do Partido dos Trabalhadores (PT), focava em temas específicos do movimento feminista, trabalho feminino e partidos políticos. Heleieth Saffioti tratava de temas que envolvem o feminismo e o socialismo, enquanto Ruth Cardoso discutia a família patriarcal, o ambiente privado e questões sobre planejamento familiar. As pesquisadoras Mariza Côrrea e Inês Castilhos abordaram uma diversidade maior de assuntos, como maternidade, creches, movimentos feministas no mundo e violência contra a mulher. Assim, a análise desses discursos permite levantar o perfil das pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas e entender o contexto político em que estavam inseridas e no qual interviam.

No decorrer das nossas análises de fontes, foi perceptível algumas mudanças com o passar das edições. Primeiramente, para responder à questão da acessibilidade do jornal, mencionamos o custo do jornal que, apenas nos primeiros anos de edição, variou de oitenta cruzeiros para dois mil cruzeiros. Da edição de número 0 a 4, o valor do jornal era de oitenta cruzeiros. A partir de 1982, o jornal passou a custar cem cruzeiros e manteve esse valor até o início de 1983. Depois, aumentou para cento e cinquenta cruzeiros entre a oitava e a décima primeira edição, em 1983. O preço permaneceu estável até a edição número 14. A partir

desse ponto, os preços começaram a subir rapidamente, alcançando quatrocentos e cinquenta cruzeiros no final de 1983 e dois mil cruzeiros ao final de 1984.

Essa elevação nos valores pode ser justificada pela saída do *Mulherio* da Fundação Carlos Chagas e, principalmente, pela alta inflação da década de 1980. Os salários eram desvalorizados e a taxa de desemprego era alta. Assim, apesar dos preços serem justificados pela inflação do período, o aumento nos valores dos exemplares pode ter levado a diminuição de leitura do jornal por parte das mulheres de baixa renda. Contudo, também se sabe que o jornal era distribuído gratuitamente em coletivos de mulheres, em congressos e instituições acadêmicas. Portanto, podemos afirmar que o lucro nunca foi o objetivo do corpo editorial do jornal – tal característica pode ser considerada na imprensa alternativa como um todo.

No caso do *Mulherio*, apesar das matérias terem se tornado menos frequentes nos anos finais, a proposta inicial era de publicações bimestrais. Durante o período de duração, o “*Mulherio* era distribuído gratuitamente aos órgãos de imprensa, instituições acadêmicas e grupos organizados de mulheres em todo país” (*Mulherio*, 1981, edição 0, pág. 2). O compromisso dessas mulheres pesquisadoras e ativistas sociais, ao longo dos 39 números do jornal, era criar um espaço de luta que abordasse as “questões femininas”.

Outro fator observado foi a delimitação regional existente no *Mulherio*, que deu um enfoque mais acentuado em pesquisas e eventos da região sudeste. Como expôs Mosqueira em “‘O espelho está partido em mil prismas que teimam em não se encaixar’: as múltiplas faces feministas nas páginas do *Mulherio* (1981-1987)”, foi inaugurada, no ano de 1980, em Recife, a Casa da Mulher do Nordeste, que tinha como objetivo “estudar, pesquisar e discutir problemas relacionados à mulher” (Mosqueira, 2016, p. 35). Deste modo, é possível concluir que existiam grupos femininos e feministas no Nordeste, porém tais instituições eram pouco abordadas no jornal. Além disso, as pesquisas das universidades nordestinas eram pouco divulgadas no *Mulherio*.

Apesar das análises críticas e diante dos apontamentos presentes nesse trabalho, entendemos o jornal como importante porta-voz do movimento feminista e de denúncias sobre situação das mulheres brasileiras. “Muita ousadia daquele grupo de pesquisadoras e de jornalistas, produzir um jornal feminista, independente, com recursos escassos, menos nossa vontade de fazê-lo”, afirmou Fulvia

Rosemberg, anos após o encerramento do *Mulherio*, em uma entrevista para a Fundação Carlos Chagas³⁷.

Graças a coragem e ousadia desse pequeno grupo de pesquisadoras, diversas outras mulheres conseguiram ter suas reivindicações ouvidas e atendidas. As mulheres conseguiram reivindicar o direito às creches por meio das páginas do *Mulherio*. A liberdade sexual da mulher, um assunto considerado um tabu, foi amplamente discutida no jornal. Diversos meios de denúncia, como o SOS MULHER, foram divulgados para combater a violência contra a mulher. O jornal teve um papel primordial durante o processo de redemocratização, especialmente no que se refere ao direito das mulheres.

4. O trabalho doméstico remunerado no Jornal *Mulherio*.

4.1. Recortes de uma história - o jornal *Mulherio* como um espaço de luta das trabalhadoras domésticas.

Dá um desespero chegar ao fim da vida sem uma aposentadoria, assistência médica, família ou canto para ficar. Imagino que esta seria minha vida se não tivesse lutado pelo meu registro em carteira e de outras companheiras. (Dulce Maria, 59 anos, líder da Associação de Empregadas Domésticas)³⁸

O depoimento concedido por Dulce Maria, publicado no jornal *Mulherio*, aborda a conquista do direito à carteira de trabalho assinada pelas trabalhadoras domésticas. Apesar da frase ser positiva em relação a essa obtenção, ao longo das edições do *Mulherio*, é possível entender a precariedade e a falta de direitos que as trabalhadoras domésticas ainda enfrentaram durante as décadas de 1970 e 1980.

No primeiro capítulo deste trabalho, foi abordado a luta das mulheres para a conquista da lei 5.859/72 e os direitos que as trabalhadoras passam a obter, assim como as demais profissões regidas pela CLT. No entanto, embora a lei garantisse direitos como férias, salário mínimo, descanso semanal remunerado e previdência social, a realidade nas casas de família era diferente. Considerando tais aspectos, este capítulo analisará o *Mulherio*, buscando entender as reivindicações da classe doméstica, as experiências dessas mulheres e os dados presentes nas páginas do jornal.

³⁷ MULHERIO: DEPOIMENTOS. Fundação Carlos Chagas. Disponível em: <<https://www.fcc.org.br/fcc/mulherio-depoimentos/>> Acesso em: 11, de março de 2023.

³⁸ Uma roupa velha não ilude mais. *Mulherio*, edição 22, 1985, p. 22.

O tema “trabalho doméstico remunerado” era recorrente no *Mulherio*. Na edição número 0, a primeira publicada, é possível observar a matéria “Domésticas: as máquinas que servem o lar”, escrita por Sônia Pilla. A publicação de 1981 reivindicava a organização das trabalhadoras domésticas e abordava o IV Congresso Nacional das trabalhadoras domésticas, realizado em Porto Alegre, no mês de janeiro daquele ano. O jornal chama a atenção para um dos versos cantados por centenas de trabalhadoras domésticas durante o evento: “Domésticas de salário sempre baixo/ Nossos direitos na mão do patrão/ Horário certo de entrada e saída/ Só se resolve com a nossa organização” (*Mulherio*, edição 0, abril/março, 1981, pág. 02).

O fragmento da canção revela a falta de direitos dessa população, mesmo após quase 10 anos da promulgação da lei que beneficiava as domésticas. De acordo com o jornal, o IV Congresso Nacional se centrou nos assuntos como jornada de trabalho de oito horas, salário mínimo profissional, FGTS, férias de 30 dias, entre outros. No entanto, o tópico mais discutido foi a “menor empregada”. Segundo o *Mulherio*, um estudo realizado pela Associação de Trabalhadoras do Rio de Janeiro constatou que havia um grande número de crianças, entre 6 e 7 anos, que chegavam na capital para trabalhar em casas de família como empregadas domésticas:

‘Afastadas do seu meio natural e familiar, sem possibilidade de estudar como esperavam, são mais expostas que os adultos aos riscos da grande cidade: os desrespeito que sofrem nas famílias onde trabalham, com agressão moral e até física, a humilhação e a desconsideração da profissão; o choque das grandes desigualdades, ao verem a riqueza e o luxo das casa onde trabalham, os conflitos de valores morais e religiosos; a violência, o desespero, a prostituição’ (*Mulherio*, edição 0, abril/março, 1981, pág. 02).

A partir disso, pode-se afirmar que o trabalho infantil era uma preocupação para as mulheres, já que tal forma de exploração é naturalizada através da tutela (Peçanha, 2019, p. 106). Segundo Natália Peçanha, tal fato acontecia frequentemente durante a primeira metade do século XX, principalmente com crianças negras. A autora explica como os orfanatos, durante esse período, tinham diferentes atividades para as garotas “de cor”. As meninas negras eram dedicadas à “Formação de empregadas domésticas e semelhantes” (Peçanha, 2019, p. 106). Portanto, é através dessas e outras instituições que a exploração da mão de obra infantil foi legitimada durante anos.

Assim, durante o Congresso Nacional de Empregadas Domésticas foi feita uma discussão sobre o assunto para a resolução de tais problemáticas, as empregadas domésticas, presentes no evento, se comprometeram em concentrar-se na organização do movimento - por meio das associações, principalmente - para que tais explorações sejam combatidas. Além disso, foi marcado uma data para o V Congresso Nacional e os encontros regionais que aconteceriam anualmente.

Outro aspecto importante encontrado na edição 3, ainda em 1981, é a relação entre o tema e os debates feministas realizados no Brasil. Nesse período, Bernardino-Souza, afirma que é possível observar uma proximidade maior entre o movimento de trabalhadoras domésticas e o movimento feminista (Bernardino-Souza, 2015, p.175). De acordo com a fonte, foi convocada uma reunião pelo *Brasil Mulher*, núcleo de Salvador; neste evento, entre as temáticas de discussão, estava o tema “empregada doméstica (relações interpessoais e profissionalização)” (Mulherio, edição 2, Set/Out, 1981, p.04). Também, no III Encontro de Grupos Feministas do Nordeste, realizado na Paraíba, se observa a preocupação das feministas com a “situação da doméstica” (Mulherio, Edição 4, NOV/DEZ, 1981, p. 05).

Retornando às matérias específicas sobre o tema, é importante citar que o assunto “trabalho doméstico remunerado” é discutido anualmente no jornal. De acordo com nossas pesquisas, o tema aparece, direta ou indiretamente, nas edições 0, 2, 3, 6, 7, 9, 12, 16, 20, 21, 25, 28 e 32. Portanto, o *Mulherio* pode ser considerado um importante instrumento de divulgação das associações e das reivindicações das trabalhadoras. Nesse momento, enfatizaremos as seguintes matérias: *As muitas batalhas da trabalhadora* (1982), *E a trabalhadora negra, cumé que fica?* (1982), *Doméstica não é escrava* (1985) e *Domésticas tentando sair da cozinha* (1985).

Essas matérias, assinadas por diferentes pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, demonstram a precariedade do trabalho feminino. Em *As muitas batalhas da trabalhadora* (1982), é mencionado que, além da dificuldade para arrumar um emprego, ainda é preciso lutar para ter a carteira assinada. Maria Otília Bocchini, traz um dado expressivo do relatório “Mulher, Sociedade e Estado no Brasil”, cerca de 48% das mulheres, nesse período, não tinham sua carteira de trabalho assinada (Mulherio, Edição 7, 1982, p. 4-5).

Figura 4. O trabalho feminino no Jornal *Mulherio*.



Fonte: *Mulherio*, Edição 7, maio-junho, 1982, capa.

A edição 7, de 1982, do Jornal *Mulherio* dedica-se inteiramente à discussão das mulheres no mercado de trabalho. A matéria da seção “Trabalho” traz como título “O trabalho dignifica o homem. Já mulher, quem dignifica?” e aborda questões como o trabalho doméstico não remunerado, a desigualdade salarial, formas de discriminação e a maternidade. Lélia Gonzalez, ainda nesta edição, discute sobre o lugar da mulher negra na força de trabalho.

A matéria *E a trabalhadora negra, cumé que fica?* (1982), escrita por Lélia Gonzalez, pretende denunciar a marginalização das trabalhadoras negras. A pesquisadora revela que a mulher negra trabalha mais e ganha menos em comparação à mulher branca, dado o alto nível de discriminação na sociedade. Ela também aponta que, por essa razão, as mulheres negras são os sujeitos mais explorados da sociedade brasileira. Embora Lélia Gonzalez não especifique o trabalho doméstico remunerado, essa categoria certamente faz parte dos dados alarmantes que a autora apresenta a seguir: cerca de 87% das trabalhadoras negras estão em ocupações manuais, em setores de menor prestígio e remuneração, e, dessas mulheres, 60% não possuem carteira assinada (*Mulherio*, Edição 7, maio-junho, 1982, pág.09).

Figura 5. Charge sobre o trabalho doméstico



Fonte: (Mulherio, Edição 7, maio-junho, 1982, pág.09).

Outro aspecto importante salientado por Lélia Gonzalez é o “padrão” de beleza racista propagado na década de 1980. A ideologia do branqueamento faz com que os padrões sejam as “feições finas”, cabelo ‘bom’ (‘alisado’ ou disfarçado por uma peruca) ou então fazer o gênero ‘erótico/exótico’ (Gonzalez, 2020, p.197). Para reforçar esse padrão, a sociedade elitizada e racista, explorava o trabalho da mulher em locais de pouco contato com o público:

[...] toda atividade que signifique lidar com o público “seleto” exclui a trabalhadora negra, a começar pelas atividades de babá, copeira, na área de serviço doméstico. No entanto, se o negócio é ser cozinheira, arrumadeira ou faxineira, não há problema se a empregada for negra [...] Aquele papo do “exige-se boa aparência” nos anúncios de emprego, a gente pode traduzir por: “negra não serve” (Mulherio, edição 7A, 1982, p.09).

Nos anos seguintes, as edições mostram a presença expressiva das trabalhadoras domésticas nos eventos sobre o trabalho feminino. Como demonstram os escritos nas edições de 1982, 1983 e 1984, as trabalhadoras estiveram presentes no Tribunal Bertha Lutz, discutindo sobre a discriminação no ambiente de trabalho (Mulherio, edição 7B, 1982, p. 4-5). Em 1983, as domésticas participaram do

Encontro Nacional de Creches “unidas em torno da necessidade de educar e proteger a criança” (Mulherio, edição 12, 1983, p.18). Já em 1984, as trabalhadoras fazem denúncias, por meio das associações e do *Mulherio*, ao serem comparadas com prostitutas em uma música do cantor Dusek.

Após três anos, o jornal retorna com as domésticas em destaque em uma matéria chamada *Doméstica não é escrava*, publicada em 1985. Tal publicação trata sobre o V Congresso Nacional de Empregadas Domésticas, realizado dos dias 24 a 27 de janeiro daquele ano em Recife. Segundo a matéria, o evento contou com 126 delegações de 14 estados e tinha como principal reivindicação o reconhecimento da profissão.

Essa exigência surgiu da falta de assistência às trabalhadoras domésticas por parte do Estado. Com os escritos do jornal, observava-se que a situação laboral enfrentada pela classe ficava cada vez pior e, além disso, a aprovação de medidas que beneficiassem a categoria doméstica era difícil. Como é mencionado da sessão “Encontros”, é possível entender a negligência de direitos por parte do Executivo, no ano de 1984:

A área do Executivo também não fica atrás com relação às domésticas. Só no ano passado, duas aprontações: uma delas quando Jarbas Passarinho, anunciou que, para ter direito à aposentadoria, os autônomos - categoria que engloba as domésticas - deveriam indenizar o INPS pelas contribuições não pagas a partir de 1960, o que significa que cada doméstica teria que entregar cerca de 3 milhões de cruzeiros à Previdência Social. E outra ainda no ano passado, quando o ex-presidente Figueiredo vetou na íntegra o projeto que concedia férias anuais remuneradas de 30 dias corridos aos empregados domésticos (Mulherio, edição 20, 1985, p. 15).

Tal matéria destaca as experiências das trabalhadoras e alguns relatos dessas mulheres no V Congresso. Maria Aparecida dos Santos, líder da Associação de Empregadas Domésticas de São Paulo, menciona que “a empregada doméstica ainda é considerada como escrava. Trabalha de 12 a 15 horas diárias sem direitos regulamentados em lei” (Mulherio, edição 20, 1985, p.15). Por isso, o reconhecimento profissional da trabalhadora pela sociedade em sua totalidade era primordial para que as mulheres pudessem ter seus direitos garantidos.

Na matéria *Domésticas tentando sair da cozinha*, matéria publicada em 1985 com autoria de Denise Natale, revela-se uma mudança no mercado de trabalho em relação à classe doméstica. Antes mensalistas, na década de 1980 elas passam a a

atuar como diaristas, já que, afetadas pela crise econômica, o mercado exige tal mudança. Nessa conjuntura, as mulheres precisam abandonar seus direitos e trabalhar como “autônomas”.

Apesar da necessidade de tal modificação, a organização das trabalhadoras continuou e a luta não findou, para que esses direitos voltassem a ser possíveis. Como mencionamos no primeiro capítulo, as domésticas se organizavam por meio do Movimento Negro, associações de bairro, pastorais e nos sindicatos. Segundo Denise Natale, as domésticas mantinham, também, representantes na Central Única de Trabalhadores (CUT), “reforçando uma participação em igualdade como força de trabalho feminino” (Mulherio, edição 21, 1985, p.22).

Além disso, o *Mulherio* destaca dados importantes para pensar a mulher trabalhadora durante a redemocratização. Foi mencionada a contribuição à Previdência Social pelas domésticas e, segundo dados das associações divulgados no jornal, a cada quatro trabalhadoras domésticas contribuintes em 1981, esse número cai para um em 1984. Tal estatística comprova que, além do baixo índice de contribuição, também evidencia a grande quantidade de mulheres sem carteira assinada ou trabalhando como “diaristas autônomas”.

Ainda na matéria *Domésticas tentando sair da cozinha*, é possível entender a situação da trabalhadora por meio de uma entrevista com a doméstica Dulce Maria. A entrevistada revela que trabalha em uma mesma casa de família há 40 anos e menciona que “a empregada não é feliz” (Mulherio, edição 21, 1985, p. 22). Segundo dados da Comissão Especial de Inquérito sobre violência de São Paulo, Dulce não está errada. A pesquisa “apurou que há um grande número de suicídio entre as empregadas domésticas, principalmente nas festas de fim de ano” (Mulherio, edição 21, 1985, p.22). Pode-se dizer que não seria uma coincidência o grande número de suicídios e os altos níveis de exaustão das trabalhadoras domésticas - que podem chegar a trabalhar 15 horas diárias.

Ainda nas falas de Dulce Maria, ela menciona que a cor da pele é motivo de discriminação nas casas dos empregadores. “Os patrões se aproveitam dos negros e oferecem salários mais baixos”, afirma uma das líderes da Associação de Empregadas Domésticas. O racismo e a discriminação enfrentada pelas trabalhadoras negras reforçam a marginalização que essa parte da população enfrenta diariamente, como já mencionamos no primeiro capítulo.

Na entrevista, Dulce também relata sobre os salários baixos, especialmente nas cidades interioranas, onde “cada um paga o que quer” (Mulherio, edição 21, 1985, p.22). Por esse motivo, a entrevistada enfatiza a importância de a trabalhadora doméstica se conscientizar sobre sua relevância social e “bata o pé pelo salário” (Mulherio, edição 21, 1985, p.22). Por fim, a trabalhadora conclui com a seguinte frase, que destaca a importância do trabalho doméstico e como ele precisa ser valorizado: “As trabalhadoras cuidam da casa, dos filhos e maridos das patroas. Se elas pararem, milhões de mulheres serão obrigadas a ficar em casa e isso seria um grande prejuízo ao país” (Mulherio, edição 21, 1985, p.22).

Assim, entendendo o Jornal *Mulherio* também como agente da história, ele se revelou um importante meio de propagação de informações, permitindo “captar o movimento vivo de ideias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais” (Capelato, 1988, p. 21). O trabalho doméstico feminino remunerado foi reivindicado pelas pesquisadoras da FCC como uma categoria profissional que necessita de direitos. Ao longo das edições dos jornais, foi possível entender a trajetória, experiências e reivindicações das trabalhadoras.

4.2. “Constituinte pra valer tem que ter direitos da mulher”: A luta por direitos do movimento de trabalhadoras domésticas.

Neste tópico, serão abordadas as mobilizações ocorridas pré-Constituinte entre os anos de 1986 a 1987. A partir do jornal *Mulherio*, será feita uma breve análise sobre o movimento de mulheres e o movimento de trabalhadoras domésticas na busca de direitos. O objetivo deste tópico é entender como se deu o movimento de ideias e reivindicações dessas mulheres no *Mulherio*.

O jornal trata o tema da Constituinte com protagonismo, reconhecendo-a como um importante espaço democrático para a conquista dos direitos das mulheres. Desde 1984, o *Mulherio* expressava esperança em relação à Constituinte afirmando que resta muito a fazer. A nós, feministas, a todas as mulheres. Não apenas manter o pique das ruas, mas discutir nossas propostas para o futuro governo eleito, para a Constituinte que decerto virá” (Mulherio, edição 16, ano 1984, p. 5). Esse pequeno trecho já revela o início da mobilização em torno dos direitos das mulheres.

A emenda constitucional de nº26, de 27 de novembro de 1985, determinou que deputados e senadores se uniriam para a organização da Assembleia Nacional Constituinte, a partir do dia 1º de 1987, na sede do Congresso Nacional. Para isso, também ocorreriam em novembro de 1986 as eleições para os membros do poder legislativo: senadores e deputados. Essa foi a primeira eleição em que o direito de sufrágio se estendeu aos analfabetos.³⁹ As campanhas eleitorais desse período foram amplamente divulgadas no jornal *Mulherio*. Entre as candidatas a deputadas federais, Dulce Pereira Cardoso, pelo Partido dos Trabalhadores, e Lélia Gonzalez, pelo Partido Democrático Trabalhista.

Figura 6. Candidatas a deputadas federais em 1987



Fonte: *Mulherio*, edição 26, 1986, p.15.

Levando em consideração essa conjuntura, em 1985, o tema ganhou destaque na primeira edição do ano no *Mulherio*. Na matéria, as pesquisadoras do jornal procuraram enfatizar a necessidade de pensar em políticas públicas e a

³⁹ As informações contidas neste parágrafo estão disponíveis em:

https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cida-da/assembleia-nacional-constituente/linha-do-tempo. Acesso em: 04 dez. 2024

relevância que as mulheres têm nesse cenário. Em seção exclusiva da edição, foi abordado o histórico das seis Constituições já elaboradas até aquele momento e a ausência de mulheres nas assembleias constituintes existentes.

No *Mulherio*, ao longo dos anos 1985 e 1986 o assunto da Constituinte se tornou cada vez mais frequente. Em 1985, na edição 23, é possível visualizar campanhas lançadas pelo Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM), como a “Campanha Nacional pela participação das Mulheres na Constituinte”, que pretendia realizar seminários e debates em conjunto com o movimento de mulheres, visando elaborar sugestões e, posteriormente, a produção da “Carta das Mulheres”, a ser entregue aos constituintes eleitos.

Outro aspecto observado era a abertura de um espaço de diálogo com especialistas e representantes de certas minorias políticas, com o intuito de contribuir para o debate da nova constituição. Entre os assuntos discutidos estavam: família, descriminalização do aborto, direitos ao corpo, propriedade de terra, menores abandonados, aborto em casos de doenças genéticas graves, população indígena e população homossexual.

A preocupação também se concentrava na representatividade das deputadas e senadoras ligadas ao movimento de mulheres. “E, aqui no Brasil, em pleno ano de eleições para Constituinte, corremos o risco de ver eleitas bem poucas deputadas identificadas com os movimentos de mulheres” (*Mulherio*, edição 25, 1986, p.21). Assim, fica claro que o retorno ao regime democrático não seria suficiente para garantir os direitos das mulheres; era necessária uma maior organização dos movimentos.

Figura 7. Reunião de Mulheres na Zona Sul de São Paulo



Fonte: *Mulherio*, edição 25, 1986, p.14.

Em relação aos direitos das trabalhadoras domésticas na Constituinte, no período em análise, entre 1985 e 1987, são vistas poucas menções à trabalhadora no *Mulherio*. Na edição 25, em 1986, na matéria “Nova Constituição em gestação”, foi encontrada uma reclamação das mulheres do Clube de mães de Embu, que menciona a situação da trabalhadora doméstica. Nos escritos, é apresentada uma possível lei constitucional almejada por essas mulheres: “5º lei: que toda empregada doméstica tenha direitos trabalhistas iguais: fundo de garantia, PIS, férias pagas e salário igual ao vigente no país” (*Mulherio*, edição 25, 1986, p. 14).

Embora o *Mulherio* não destaque essas reivindicações, muitas trabalhadoras domésticas participaram ativamente desse importante processo democrático. Segundo Oliveira, houve intensa mobilização das trabalhadoras para participar da Constituinte; ela destaca que “cerca de 300 representantes das trabalhadoras domésticas foram a Brasília para entregar as suas demandas à ANC e acompanhar as discussões” (Oliveira, 2021, p. 07).

Na Ata da 59ª sessão da Assembleia Nacional Constituinte, em 5 de maio de 1987, é lida a “Carta das Domésticas” para os constituintes. Essa carta continha as reivindicações da classe e buscavam, novamente, o reconhecimento da classe como

uma categoria profissional. As trabalhadoras afirmaram a necessidade de seus direitos serem assegurados na nova Constituição:

"Nova Iguaçu, 18 e 19 de abril de 1987.

Exmos Srs. Drs. Deputados Federais e Senadores Constituintes:

Nós, trabalhadoras empregadas domésticas, somos a categoria mais numerosa de mulheres que trabalham neste país, cerca de 1/4 (um quarto) da mão-de-obra feminina, segundo os dados do V Congresso Nacional de Empregadas Domésticas de Janeiro de 1985.

Fala-se muito que os trabalhadores empregados domésticos não produzem lucro, como se lucro fosse algo que se expressasse, apenas e tão-somente, em forma monetária. Nós, produzimos saúde, limpeza, boa alimentação e segurança para milhões de pessoas. Nós, que sem ter acesso a instrução e cultura, em muito e muitos casos, garantimos a educação dos filhos dos patrões.

Queremos ser reconhecidos como categoria profissional de trabalhadores empregados domésticos e termos direito de sindicalização, com autonomia sindical.

Reivindicamos o salário mínimo nacional real, jornada de 40 (quarenta) horas semanais, descanso semanal remunerado, 13º salário, estabilidade após 10 (dez) anos no emprego ou FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), e demais direitos trabalhistas consolidados. Extensão, de forma plena, aos trabalhadores empregados domésticos, dos direitos previdenciários consolidados.

Proibição da exploração do trabalho do menor como pretexto de criação e educação. Que o menor seja respeitado em sua integridade física, moral e mental.

"Entendemos que toda pessoa que exerce trabalho remunerado e vive desse trabalho é trabalhador, e, conseqüentemente, está submetido às leis trabalhistas e previdenciárias consolidadas."

Como cidadãs e cidadãos que somos, uma vez que exercemos o direito da cidadania, através do voto direto, queremos nossos direitos assegurados na nova Constituição." (ANC, 1987, p. 15).

A carta das trabalhadoras domésticas que foi entregue aos parlamentares, abordava uma série de reivindicações que já eram discutidas nos encontros, regionais e nacionais das trabalhadoras domésticas. Como já mencionado, o V Congresso de empregadas domésticas, realizado em 1985, foi um importante espaço de discussão desses direitos. Pode-se observar que a organização do movimento das Associações de Empregadas Domésticas, espalhadas por todo Brasil, criaram a possibilidade da discussão dos direitos das domésticas no Congresso Nacional.

Portanto, pode-se afirmar que, apesar das trabalhadoras domésticas não serem mencionadas com destaque no jornal em análise, a mobilização da classe foi

grande. Durante os longos anos de ditadura militar, o diálogo e reivindicações das domésticas juntamente ao Movimento Negro, Movimento Feminista, Associações de Bairro, Clubes de Mães e as Pastorais, foram importantes para a obtenção de alguns direitos na Constituição de 1988. Apesar da grande mobilização das trabalhadoras, durante todo o século XX, a nova Constituição Federal garantiu somente o direito ao salário mínimo e a licença maternidade de 120 dias.⁴⁰

5. Considerações Finais

Diante do trabalho apresentado, entendemos que o período em análise, de 1981 a 1988, foi um momento de grande efervescência das discussões sobre as mulheres trabalhadoras domésticas remuneradas. As associações de trabalhadoras domésticas e os movimentos sociais foram essenciais para que a luta dessas mulheres pelos seus direitos trabalhistas fosse possível. A partir da década de 1980, ocorre uma aproximação dessas mulheres com o movimento feminista e a discussão em torno de assuntos como: salário mínimo, férias remuneradas, descanso semanal remunerado, desigualdades de gênero no ambiente de trabalho, direito à licença maternidade e o racismo.

No primeiro capítulo, foi possível entender a relação entre o feminismo e as trabalhadoras domésticas. Considerando o feminismo “um movimento para acabar com o sexismo, exploração sexista e opressão” (Hooks, 2019, p.13) é importante reconhecer tais trabalhadoras como feministas. Apesar de não se denominarem como tal, essas mulheres lutaram constantemente contra o sexismo e as diversas formas de opressão e exploração. Ao longo do século XX, as trabalhadoras domésticas conquistaram a primeira lei de regulamentação da classe - embora pouco efetiva na prática, a lei foi um marco para a categoria.

A partir das fontes e dos referenciais teóricos discutidos, foi possível compreender parte das experiências dessas mulheres durante a década de 1980. As trabalhadoras domésticas, sendo a maioria mulheres negras, sofriam preconceitos, abusos e eram exploradas pelos seus patrões. Ainda em 1980, essas mulheres chegavam a trabalhar de 12 a 15 horas diárias, os empregadores não pagavam o

⁴⁰ Segundo dados da câmara legislativa, apesar da grande mobilização das trabalhadoras domésticas, realizadas dentro e fora do plenário, essas mulheres continuaram sem o direito à jornada de trabalho definida e ao FGTS. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/392343-empregadas-domesticas-lutam-por-direitos-ha-quase-meio-seculo/#:~:text=Em%201988%2C%20a%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Federal.facultativa%2C%20%C3%A0%20escolha%20do%20patr%C3%A3o>. Acesso em: 14 de nov. de 2024.

salário mínimo estipulado e a discriminação porta a dentro era intensa. A falta de direitos fizeram com que as trabalhadoras domésticas se organizassem para que suas vozes fossem ouvidas na Constituinte.

O jornal *Mulherio* evidencia a luta dessas trabalhadoras por meio de suas páginas. Ao longo das edições, é observado a organização dessas mulheres por meio de encontros e congressos nacionais, tanto da própria categoria quanto em outros movimentos sociais. A mobilização das trabalhadoras foi grande para que, enfim, pudessem ler a “Carta das domésticas” para os constituintes em abril de 1987. Sabe-se que a busca por direitos não se encerrou com a Constituição de 1988, já que vários direitos e reivindicações da classe de trabalhadoras domésticas ficaram de fora da “constituição cidadã”.

6. Referências

ABREU, Maira Luisa Gonçalves de. **Feminismo no Exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris**. Dissertação. Unicamp, Campinas-SP, 2010.

AGUIAR, Flávio. **Imprensa alternativa: Opinião, Movimento e em tempo**. In: MARTINS, Ana Luiza, LUCA, Tânia Regina de. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

ALVES, Iracelli da Cruz. **Feminismo entre ondas: Mulheres, PCB e política no Brasil**. (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

ALVES, Iracelli da Cruz. **“PARA O CORAÇÃO, SIM. MAS TAMBÉM PARA O ESPÍRITO”: MOMENTO FEMININO E O DEBATE FEMINISTA NO BRASIL REPUBLICANO (1947-1956)**. São Paulo: Revista Histórica, 2021.

BRASIL. **Ato Institucional nº 5**, de 13 de dezembro de 1968. *Dispõe sobre a suspensão de direitos políticos e outras medidas de exceção*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 dez. 1968.

BERNARDINO-SOUZA, Joaze. **Saberes subalternos e decolonialidade: os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988. p. 21.

CARDOSO, Elizabeth da Penha. **Imprensa feminista brasileira pós-1974**. (Dissertação em Jornalismo). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. p. 40.

CARDOSO, Elisabeth. **Imprensa feminista brasileira pós 1974**. Dissertação. USP, São Paulo, 2004.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em Movimento**. São Paulo: Estudos avançados, 2003, p. 117-132.

DELAP, Lucy. **Feminismos: uma história global**. São Paulo: Cia das Letras, 2022.
Duarte, Ana Rita Fonteles. **Feminismos brasileiros, vigilância e relações com as esquerdas**. In: VERAS, Elias; PEDRO, Joana Maria; SCHMIDT, Benito Bisso (orgs). **Reexistências: LGBTQI+ e feminismo na ditadura civil militar e na redemocratização no Brasil**. Maceió: Edufal, 2023.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **“O Movimento Feminino pela Anistia na luta contra a ditadura no Brasil: entrevista com Therezinha Zerbini”**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 27, n. 1, 2019.

FRACCARO, Glaucia. **Uma história social do feminismo: diálogos de um campo político brasileiro (1917-1937)**. Pontifícia Universidade Católica de Campinas – Campinas – SP, Brasil. **Estudos Históricos** Rio de Janeiro, v. 31, n. 63, p. 7-26, janeiro-abril 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/b47gtvTBRRdy3cBmBNX8mJp/?lang=pt>.

FREITAS, Viviane Gonçalves. **DE QUAL FEMINISMO ESTAMOS FALANDO? Desconstruções e reconstruções das mulheres, via imprensa feminista**

brasileira, nas décadas de 1970 a 2010. Tese (Doutorado em Ciências Políticas), Universidade de Brasília, 2017.

GETIRANA, Yasmin. **“Sozinha não posso”: A associação profissional de empregadas domésticas no Rio de Janeiro (1961-1973)** (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2021.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos.** Rio Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira** in: **Movimentos Sociais Urbanos, Minorias Étnicas e Outros Estudos.** Ciências Sociais Hoje, ANPOCS, v. 1983.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras.** 4. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

MENDES, Sergio. **A IMPRENSA ALTERNATIVA DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL (1964-1984): UM OLHAR HISTORIOGRÁFICO.** Teresina: Contraponto, 2011.

MIRANDA, Karolliny Joally das Neves; CORDÃO, Michelly Pereira de Sousa. **Filantropia corporativa a serviço do capital: uma visão histórico-crítica do fomento da Fundação Ford à produção feminista acadêmica brasileira (1978-1998).** *Revista Angelus Novus*, São Paulo, Brasil, v. 12, n. 17, p. 189590, 2021. DOI: 10.11606/issn.2179-5487.v12i17p189590. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ran/article/view/189590>.. Acesso em: 30 out. 2024.

MONTICELLI, Thays Almeida. **Feministas e patroas: revisitando o debate sobre trabalho doméstico remunerado.** *Revista Antropológica*, n. 53, Niterói, 2021.

MOSQUEIRA, Débora de Souza Bueno. **“O ESPELHO ESTÁ PARTIDO EM MIL PRISMAS QUE TEIMAM EM NÃO SE ENCAIXAR”: AS MÚLTIPLAS FACES FEMINISTAS NAS PÁGINAS DO MULHERIO (1981-1987).** Dissertação (mestrado

em história), Faculdade de ciências humanas, Universidade Federal de Grande Dourados, 2016.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

OLIVEIRA, Bárbara Galli de. **“Como se fosse da família”: o movimento das trabalhadoras domésticas na Assembleia Nacional Constituinte (1986-1988)**. *Historiar*, v. 13, n. 25, p. 191-205, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://historiar.uvanet.br/index.php/1/article/view/419/341>. Acesso em: 17 de outubro de 2024.

PALAMARTCHUK, Ana Paula. **Tribunal Bertha Lutz e a luta contra a discriminação da mão de obra feminina: notas da história social do feminismo no Brasil (1970-1980)**. In: VERAS, Elias; PEDRO, Joana Maria; SCHMIDT, Benito Bisso (orgs). **Reexistências: LGBTQI+ e feminismo na ditadura civil militar e na redemocratização no Brasil**. Maceió: Edufal, 2023.

PEDRO, Joana Maria. **Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989)**. in: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (orgs). **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

PEDRO, Joana Maria. **Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)**. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº 52, 2006.

PEÇANHA, Natália Batista. **“Precisa-se de uma menor para pequenos serviços de uma casa”: a mão de obra infanto-juvenil no serviço doméstico carioca (1880-1930)**. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 10, n. 20, p. 103–123, 2019. DOI: 10.5007/1984-9222.2018v10n20p103. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2018v10n20p103>.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Contexto, 2007.

PEREIRA, Bergman de Paula. **De escravas a empregadas domésticas: a dimensão social e o “lugar” das mulheres negras no pós-abolição**. São Paulo: Anais XXVI Simpósio Nacional de História, 2011.

PINTO, Céli R. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2007.

RIOS, Flávia; FREITAS, Viviane. **Nzinga Informativo: Redes comunicativas e organizacionais na formação do feminismo negro brasileiro**. Cadernos adenauer, xix, 2018. 33

SILVA, Vivian Souza Alves da. **Feminismo negro como perspectiva decolonial: Movimento de Mulheres Negras e a construção de uma feminista negra no Brasil dos anos 1980**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2015.

SILVERSTEINS, Leny. POLÍTICA É ASSUNTO DE MULHER? **Jornal Mulherio**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, setembro/outubro, 1981. p. 05. Disponível em: < https://www.fcc.org.br/conteudos/especiais/mulherio/arquivo/l_0_1981menor.pdf > acesso em: 29/05/2024

SOUZA, Flávia Fernandes. **Trabalho doméstico: considerações sobre um tema recente de estudos na História do Social do Trabalho no Brasil**. Revista Mundos do Trabalho, Florianópolis, v. 7, n. 13, p. 275–296, 2016. DOI: 10.5007/1984-9222.2015v7n13p275. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2015v7n13p275>. Acesso em: 28 out. 2024.

TAMIÃO, Juliana Segato. **Escritas Feministas: os jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio (1975-1988)**. Dissertação. Mestrado em História Social. PUC-SP, São Paulo, 2009.

TEIXEIRA, Juliana Cristina; Saraiva, Luiz Alex; Carrieri, Alexandre de Pádua. **O trabalho doméstico nas hierarquias profissionais e sociais**. Salvador: Revista Organizações e Sociedade, 2015.

TELES, Maria Amélia Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

TORRES, Carolina. **Quarta Onda do Feminismo: entenda as características do movimento feminista no século 21**. Politize, 2021. Disponível em: <
<https://www.politize.com.br/quarta-onda-do-feminismo/>>

ZIRBEL, Ilze. **Ondas do Feminismo**. Blog Unicamp: Enciclopédia Mulheres na .Filosofia, 2021. Disponível em: <
<https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/wp-content/uploads/sites/178/2021/03/Ondas-do-Feminismo.pdf> >

FONTE:

Mulherio (1981-1987) e Nexo: Feminismo, Informação e Cultura (1988) - Disponibilizadas na hemeroteca digital:
<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=459488&pesq=&pagfis=>

7. Anexos

TABELA 1 - Temas abordados no *Mulherio* (1981-1984)

Pesquisadora	Edição	Ano	Página	Tema
Beth Lobo	1	1981	12	Sexualidade
Beth Lobo	6	1982	7	Trabalho feminino
Beth Lobo	6	1982	21	Crime passionai
Beth Lobo	9	1982	18	Nísia Floresta
Beth Lobo	10	1982	7	Movimento feminista e governo de oposição
Beth Lobo	11	1993	13	Movimento feminista
Beth Lobo	12	1983	6	Pagu
Beth Lobo	12	1983	17	Trabalho feminino
Beth Lobo	15	1983	7	Movimento feminista
Beth Lobo	17	1994	14	Movimento feminista
Fúlvia Rosemberg	2	1981	6	Literatura sexista
Fúlvia Rosemberg	3	1981	17	Entrevista: Feminista nos partidos
Fúlvia Rosemberg	4	1982	19	Dupla jornada de trabalho
Fúlvia Rosemberg	7	1982	17	Creches
Fúlvia Rosemberg	7	1982	22	Estereótipos racistas e sexistas em brinquedos infantis
Fúlvia Rosemberg	8	1982	20	Abandono paterno

Fúlvia Rosemberg	9	1982	22	Indicação de livro: Dicas de tradução
Fúlvia Rosemberg	11	1993	6	Creches
Fúlvia Rosemberg	12	1983	8	Creches
Fúlvia Rosemberg	13	1983	12	Entrevista: feminismo e partidos políticos
Fúlvia Rosemberg	13	1983	19	Educação Sexual
Fúlvia Rosemberg	14	1983	19	Educação sexual
Fúlvia Rosemberg	16	1994	7	Aborto
Fúlvia Rosemberg	16	1994	14	Creches
Fúlvia Rosemberg	17	1994	18	Indicação de leitura: "Pequeninha, de Mirna Pirsky"
Fúlvia Rosemberg	18	1994	8	Entrevista com Marie Claire: creches - família patriarcal - feminismo na França
Fúlvia Rosemberg	19	1994	9	Movimento de mulheres e abertura política
Fúlvia Rosemberg	19	1994	10	Educação escolar das mulheres
Heleieth Saffioti	2	1981	4	Mulher cubana
Heleieth Saffioti	6	1982	11	Entrevista: movimento feminista
Heleieth Saffioti	10	1982	16	Indicação de leitura: "Mulher, sociedade e estado no Brasil"
Inês Castilho	1	1981	9	Acesso a creches
Inês Castilho	2	1981	9	Maternidade

Inês Castilho	6	1982	6	Violência contra a mulher
Inês Castilho	7	1982	15	Abuso sexual e estupro
Inês Castilho	13	1983	3	Feminismo na Itália
Inês Castilho	13	1983	12	Conselho da condição feminina
Inês Castilho	14	1983	5	Movimento feminista
Inês Castilho	14	1983	13	Tizuka Yamazaki: a mulher na indústria cinematográfica
Inês Castilho	14	1983	17	Feministas na Suécia
Inês Castilho	15	1983	3	Aborto
Inês Castilho	16	1994	6	Jango e Maria Tereza
Inês Castilho	16	1994	12	Mulheres em hospícios
Inês Castilho	16	1994	19	Planejamento familiar
Inês Castilho	17	1994	3	Violência contra a mulher
Inês Castilho	17	1994	11	Exploração e violência no campo
Inês Castilho	18	1994	17	Entrevista com Verena: trabalhadoras rurais volantes
Inês Castilho	18	1994	19	Entrevista com Regina Duarte: mulheres cubanas
Mariza Corrêa	1	1981	14	Padrão estéticos
Mariza Corrêa	3	1981	20	Movimento feminista
Mariza Corrêa	4	1982	12	Entrevista: Creches
Mariza Corrêa	7	1982	17	Dominação masculina

Mariza Corrêa	9	1982	10	O movimento feminista nas eleições
Mariza Corrêa	11	1993	18	Indicação de leitura: “Filhas do segundo sexo”
Ruth Cardoso	3	1981	19	Feministas na França
Ruth Cardoso	8	1982	18	Planejamento familiar
Ruth Cardoso	8	1982	23	Família patriarcal